

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Judizeli Baigorria

**A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE
FLORIANÓPOLIS: uma forma de protagonismo juvenil?**

Florianópolis, 2009

Judizeli Baigorria

**A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE
FLORIANÓPOLIS: uma forma de protagonismo juvenil?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Profª. Me. Quéli Flach Anschau.

Florianópolis, 2009

Judizeli Baigorria

**A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE
FLORIANÓPOLIS: uma forma de protagonismo juvenil?**

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. Sob orientação da Profa. Me. Quéli Flach Anschau.

Banca realizada no dia 02 de Março de 2009.

Banca Examinadora:

Me. Quéli Flach Anschau
Presidente

Dra. Maria Teresa dos Santos
1ª Examinadora

Me. Ângela Della Flora
2ª Examinadora

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata da atuação dos jovens em alguns espaços públicos comunitários no município de Florianópolis. Nele pretende-se analisar qual o verdadeiro sentido de participação destes jovens, como ela se materializa, se há expressão política, e, se de fato, são formas de protagonismo juvenil. O trabalho está composto pelo resgate de conceitos que se referem à juventude, tais como: geração, moratórias social e vital, entre outros. Assim, também se destaca conceitos referentes à participação nos espaços sociais, os fatores que a influenciam e a possibilitam. Os tipos de espaços de participação, ou movimentos, também são abordados, tornando possível relacioná-los com a atuação que a juventude pode obter neles. Os sujeitos pesquisados nos espaços de Florianópolis têm suas falas destacadas, a subsidiar a análise de sua participação nos contextos em que se inserem.

Palavras-chave: participação; espaços públicos comunitários; protagonismo juvenil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
SEÇÃO I – JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	08
1.1. JUVENTUDE EM DEBATE.....	08
1.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL: SOCIABILIDADE E AUTONOMIA.....	20
1.2.1. Espaços e modelos de participação.....	25
1.2.2. Juventude: participação e protagonismo na história recente.....	34
SEÇÃO II – A INSERÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS LOCAIS INSTITUCIONALIZADOS DE FLORIANÓPOLIS.....	37
2.1. METODOLOGIA: A BUSCA E CONVERSA COM NOSSOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	37
2.2. RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS.....	41
2.3 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES DOS JOVENS PESQUISADOS ACERCA DA SUA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS LOCAIS.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE.....	68

INTRODUÇÃO

Com a identificação, a partir de uma jovem, das demandas apresentadas pelos demais jovens em várias áreas – saúde, educação, política, violência – motivou-se este trabalho. No sentido de reconhecer e apresentar uma análise sobre as práticas participativas dos jovens em Florianópolis. Sobretudo, entendendo que o Assistente Social é um profissional requisitado para trabalhar com esse público nas políticas públicas, para tanto, deve-se compreender este diverso movimento que envolve a juventude, especificamente a brasileira.

Inicialmente – durante a 7ª fase – havia um interesse na área da Saúde, principalmente em estudar gravidez na adolescência, bem como maternidade e paternidade deste público. Isto, a partir da percepção da realidade destas mães e destes pais, o que também amplia, transcende a área da Saúde. Entretanto, nas leituras realizadas de alguma da pouca bibliografia existente dentro das Ciências Sociais aplicadas sobre esse tema, percebemos que as discussões se referem à individualização de um problema social, se é de fato um problema social ou não, além da culpabilização destes pais adolescentes. Enfim, um tema tão polêmico merece uma análise bem fundamentada e cuidadosa, para não culpabilizar novamente esses sujeitos, sobretudo por uma futura Assistente Social que pretende compreender a definição real deste. Então, preferimos abandonar a idéia, entendendo que não haveria tempo hábil para trabalhar na análise teórica e na interação com o objeto proposto, se assim não o fizesse poderia incorrer no erro de uma percepção superficial. Mas, com certeza, é uma temática que merece uma análise do Serviço Social, repudiando qualquer forma preconceituosa, devendo partir da realidade destes jovens.

O tema juventude continuou latente. Em conversas com a Supervisora de Campo de Estágio no NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular/DSS/UFSC) foi possível amadurecer outro recorte de estudo. Da-se aí a importância da prática de Estágio e a troca constante com a Supervisão: nem sempre como alunos sabemos implementar o que nos impulsiona. Deste modo, ocorreram as reflexões em apreender a participação social de alguns jovens na cidade de Florianópolis. O Estágio no NESSOP

subsidiaria a tratar desse tema, a partir também do contato que mantinha com a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) – para contarmos os sujeitos atuantes no associativismo comunitário, o associativismo de caráter local, de bairro, ou comunidade – bem como para retornar esse tímido debate ao espaço de formação acadêmica. Assim, deram-se os rumos ao trabalho que ora apresentamos, cujo objetivo inicial foi buscar jovens em movimentos e/ou associativismo comunitário.

A perspectiva foi de identificar em linhas gerais o sentido da participação política dos jovens, se há respeito a potencialidade juvenil, ou perdura uma reprodução “adultocêntrica” de participação, e, identificar como eles – os jovens – percebem sua participação. Assim implementamos uma busca empírica, que consistiu numa pesquisa qualitativa de *ação participante*, efetivada *in loco* com os sujeitos jovens, tendo como foco a cidade de Florianópolis e os espaços comunitários que oportunizam a participação destes jovens.

Paralelo ao mapeamento das entidades do associativismo comunitário que contam com jovens, começamos a ter contato mais profundo com referências teóricas da sociologia da juventude. Após a leitura destes, nos inteiramos de alguns trabalhos baseados em experiências de participação catarinense e florianopolitanas. E, com todo o referencial ao qual tivemos aproximação no Estágio no NESSOP temos minimamente algumas fontes que auxiliarão na análise do macro referente à participação comunitária, e desta, em Florianópolis.

Conforme proposto, estruturamos o trabalho da seguinte forma: na Seção I – Juventude e participação em espaços públicos: contribuições teóricas, discutimos primeiramente os conceitos sociológicos ligados a juventude, pois acreditamos que um bom resultado, parte de uma boa compreensão de quem são esses sujeitos. Para tanto, transitamos em vários conceitos com vários autores, buscando problematizar as definições e, demonstrar como dois olhares podem se complementar corroborando para uma única definição. Tentamos explicitar, a partir dessas reflexões, a possibilidade de visualizar a juventude ou as juventudes de forma a compreender sua diversidade, mas não desconsiderar elementos como a fase etária e anseios geracionais. Após essa discussão resgatamos alguns elementos do que vem a ser participação social, pois, se nosso objetivo era reconhecer os jovens que participam comunitariamente. Imprescindível foi levantar teoricamente o que é participação, como ela se motiva, e de que

forma ela deve acontecer para viabilizar a autonomia dos sujeitos em exercício. Esse debate objetivou reconhecer teoricamente o tema, mas também localizar e destacar qual exercício os jovens fazem nesses espaços, e em quais eles se encontram. Estes conceitos são necessários ao entendimento de participação em sentido mais amplo, das suas estratégias e meios, dos movimentos e espaços em que a população em geral, e os jovens se inserem.

Na Seção II – A inserção dos jovens nos espaços públicos locais institucionalizados de Florianópolis, apresentamos a metodologia da pesquisa realizada, a qual se deteve em reconhecer os jovens em seus espaços, e provocar a interação pesquisadora-pesquisado. Com alguns aportes instrumentais, levantamos dados significativos sobre participação, sobre o que é ser jovem, e como é ser jovem em atividades comunitárias. Curiosos e diversos são os olhares abordados na Seção II em detalhes. Nessa mesma Seção, a partir dos dados coletados/observados, traçamos um panorama dos espaços em que eles se inserem, e, destacamos as atuações, as motivações dos sujeitos jovens, fazendo um contraponto, sendo subsidiados pelos elementos teóricos debatidos na Seção I.

Encerramos trazendo como considerações finais uma reflexão sobre o apreendido no trabalho. Principalmente se há, nas práticas de participação reconhecidas na pesquisa, protagonismo juvenil, se há também reconhecimento das potencialidades desse público e, se não houve, quais seriam os motivos. Fechamos esse debate, refletindo sobre a importância do fazer profissional do Serviço Social em relação a esse público, para não se trabalhar como fim último de conflitos, mas reafirmando o que desde o início procuramos trazer: juventude não é problema social.

Assim, iniciamos o presente trabalho na tentativa de contribuir na discussão e estudo da participação juvenil, principalmente as efetivadas nos espaços florianopolitanos.

SEÇÃO I – JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

1.1. JUVENTUDE EM DEBATE

Definir Juventude tem sido o exercício de vários teóricos, alguns compartilham de pensamentos semelhantes, outros divergem em muitos pontos, ou simplesmente defendem recortes ou olhares fragmentados. Por isso, em cada trabalho, optar por perspectiva de juventude implica diretamente em direcionar toda a discussão em torno da compreensão acerca destes sujeitos. Nosso objetivo, portanto, é de transitar nos diversos debates e definições sobre juventude para então declarar qual é olhar desse trabalho sobre os sujeitos pesquisados.

Juventude aparece em cada tempo histórico, com significações diferentes, ou seja, ela é vista pela sociedade e reconhecida por suas práticas em cada época de forma diferenciada. É na sociologia, que se encontra o maior debate e definições, talvez porque essa ciência se atém ao estudo e explicação dos fenômenos sociais e por isso consiga relacionar juventude com os diferentes eventos sociais e assim, tecer definições.

Na leitura de Groppo (2000), juventude trata-se de uma representação sócio-cultural, e uma situação social, pois a juventude seria uma concepção ou representação simbólica, quase sempre fabricada socialmente, para explicar elementos daquela realidade:

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (GROPPO, 2000, p. 07)

Ainda assim, a sociologia utiliza-se de forte relativismo para definir juventude. Pois são considerados nas análises, todos os fatores que a condicionam – quase que individualmente – bem como seu comportamento e atitudes: classe, etnia, nacionalidade, gênero, contexto, por exemplo. Relativismo saudável segundo Groppo (2000), à medida que o permite nas causas e

na apreensão, mas não nas definições de juventudes. Direcionando o olhar e as considerações sobre juventude como categoria social.

Ao se definir os mecanismos de transição da infância a vida adulta, salienta-se com maior frequência termos como “juventude”, “adolescência” e “puberdade”. Cada termo teria diferentes origens:

- As ciências médicas criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro.
- A psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto.
- A sociologia costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto. (GROPPO, 2000, p. 13)

Portanto, para definir juventude é necessário considerar os vários fatores que condicionam a existência dos jovens. Os quais estão inter-relacionados, referindo-se, principalmente, à condição cronológica, ou de faixa-etária, de gênero, de contexto e condição social, à vitalidade – no sentido biológico – própria dos mais novos.

Das condições necessárias à definição de juventude, duas delas, mesmo não reconhecidas sempre, perpassam todas as discussões e fatores: a condição vital e o período de tutela pela idade. Os quais Margulis e Urresti (2000) definem como *moratória vital* e *moratória social*. A primeira se refere à capacidade, disponibilidade e energia físicas e biológicas dos jovens à sua sobrevivência. Em comparação às pessoas mais velhas, seria a maior força e vitalidade para execução de atividades, da sua sobrevivência, da distância maior em relação à morte. Esta sensação dispõe a idéia de atitudes que comprometeriam sua saúde, por exemplo, os excessos cometidos por alguns deles (expor-se a riscos ou desafiar-se), o que traz também um conflito geracional. A moratória vital é um conceito universal a todos os jovens. A juventude então é uma construção tanto ao caráter social, quanto ao biológico: a idade, gênero, a distância da morte, geração e a herança de uma a outra, classe social de origem, posição ocupada no grupo familiar.

Já a *moratória social*, seria o período de despreocupação ao que se refere à sua manutenção financeira de seu grupo familiar. É o período dedicado exclusivamente aos estudos

e lazeres. Esta moratória alude à inserção do jovem na vida social, no mundo do trabalho, e do seu interesse na manutenção financeira da própria vida, bem como a potencialização da inserção social gradativa, na comunidade, ou espaço local, e o período em que poderia acessar os diferentes espaços e expressões culturais. Se pensarmos nas diferenças de classe entre os jovens, há um período de apreensão e “descanso” entre o campo dos estudos e conhecimento – institucional/formal, ou não – e o mundo do trabalho. De fato, os adolescentes das classes mais abastadas irão, em sua maioria, se inserir gradativamente de forma mais preparada na vida em sociedade, que os adolescentes das classes mais empobrecidas, ou seja, os primeiros terão suas moratórias sociais garantidas.

Nessa medida, o que ocorre nas classes médias e altas é a maior motivação ao seu capital social¹, na inter-relação com os demais indivíduos e grupos dentro de um determinado campo social. Proporcionando ao jovem, de alguma forma, o acesso aos conhecimentos empíricos cotidianos. Referente ao capital cultural², os jovens de origem mais ricas têm mais mecanismos e acessos não só às culturas dominantes, ou elitizadas, mas aos meios e espaços para exercício de um potencial no campo da cultura. As energias são potencializadas, no que se refere à cultura e a inserção social gradativa, também do acesso ao esporte e ao lazer. Já nas classes mais baixas, isto não ocorre com tanta frequência, formando inclusive culturas paralelas, ainda marginalizadas, como a do *Hip Hop*. Apesar da atribuída marginalidade e discriminação a estes movimentos de contraposição cultural e política, é necessário confirmar que elas atuam também como formas de politização e expressão, que devem ser consideradas como contributivas numa sociedade de sujeitos tão diversos.

¹ Com base em Bourdieu (1983 e 2005), podemos classificar minimamente capital social como as redes de relações compostas num mesmo espaço ou campo social. Elas remetem sempre a confiança mútua, coletividade, e comunidade.

² Capital cultural (Ibid) se refere às referências das vivências, à socialização e incorporação de determinadas experiências no campo intelectual e da cultura, inseridos nos espaços sociais. As práticas incorporadas e adotadas – sobretudo no espaço escolar, para Bourdieu – pelos grupos são determinantes deste processo, o que denota um caráter natural do capital cultural nos grupos e/ou camadas sociais. O capital cultural, entre outros fatores, definiria preferências e práticas inseridas num contexto sócio-histórico. Ele seria distribuído conforme o capital econômico, o sistema escolar, e o espaço social nos quais os sujeitos se inserem.

O acesso aos diferentes meios de cultura, a música, teatro, artes plásticas, bem como ao esporte, oportunizam a potencialização das energias dos indivíduos jovens, para inclusive reconhecerem-se nos diversos grupos, e talvez os formando nestas habilidades. Então, podemos entender que potencializados os capitais social e cultural, a formação como ser humano dos jovens se mostra mais completa, não só baseada na educação formal, e tentativa de inserção – sobretudo, dos jovens das classes mais baixas – ao “mercado de trabalho”.

Quando não garantida a moratória social, se desmobiliza a efetividade nos estudos, além de diminuir o usufruto de todo o suporte da moratória vital: pela idade e energia, as brincadeiras, o aprender além a educação formal, o contato lúdico com a natureza, e em toda sua intensidade próprias a faixa etária. Importante ressaltar, como já se atribui o compromisso com o trabalho às classes mais empobrecidas e por elas incorporadas – a partir mesmo de sua necessidade – não há como considerar o desemprego de um jovem de classe mais empobrecida como uma moratória social, esta moratória, verdadeiramente se dá através de um processo desejado pelo indivíduo.

Para Margulis e Urresti (2000):

Entonces se dice que la juventud depende de una moratoria, un espacio de posibilidades abierto a ciertos sectores sociales y limitado a determinados períodos históricos. [...] ciertos sectores sociales logran ofrecer a sus jóvenes la posibilidad de postergar exigencias – sobre todo las que provienen de la propia familia y del trabajo – tiempo legítimo para que se dediquen al estudio y la capacitación postergando el matrimonio, lo que les permite gozar de un cierto período durante el cual la sociedad les brinda una especial tolerancia. (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 15)

Nessa lógica de não moratória social, considera-se que existem os “jovens não juvenis”, pois estes não contam com todo o suporte ao desenvolvimento pessoal e social que uma moratória social pode oferecer, e não trazem consigo os valores, símbolos característicos – ou atribuídos – da juventude. Apesar de eles possuírem sua moratória vital. Ocorre, porém, a predominância dos “não jovens juvenis”, os quais já excedem sua moratória vital, mas se utilizam dos símbolos próprios dos jovens, para legitimarem-se como eles.

Como destacado por Kehl (2004), aproximadamente nos anos 20 do século passado, o prestígio estava no fato de os jovens da época se adequarem à estética entendida como adulta, bem como a inserção na vida produtiva e reprodutiva para serem aceitos nos grupos adultos. A

partir dos anos 60, ainda com os reflexos do período pós-guerra, foi instituída, gradativamente uma cultura jovem, impulsionada pela indústria da cultura (música, moda, artes plásticas) o que criou uma nova frente de consumo. A imagem atribuída ao jovem na publicidade se tornou forçosa e conotava um imaginário de atualidade e vitória. Assim, vários dos que não pertenciam mais a uma juventude – considerando a moratória vital – puderam se adequar a este período de forte consumismo a partir de uma cultura majoritariamente hedonista³. Esta cultura se difundiu de forma universal apesar de poucos poderem gozar de forma efetiva dela, mas também contribuiu na origem de culturas paralelas avessas à sociedade do consumo.

Isto também atingiu aos adultos que legitimaram e incorporaram esta cultura. Neste sentido ocorre uma *teenagização* na sociedade ocidental. Os adultos e mais jovens dividem esta cultura, bem como as experiências referentes a ela: música, locais freqüentados, estilos, moda, por exemplo. Por isso, Kehl (2004) afirma que o lugar do adulto nessa perspectiva fica vazio, e que por conta disso, não se vê atualmente grandes conflitos geracionais. Aparentemente isso poderia ser saudável, mas o contraditório entre gerações é necessário, para não ter como consequência a falta de referências, de limites e de orientações aos mais jovens. Nesse contexto o jovem não reconheceria sua rede de proteção, o apoio e a identidade, ou até mesmo a necessária negação geracional.

A massa de consumo é confundida com homens e mulheres – jovens – em pleno período de maturação biológica, mental, emocional, e formação social e cultural. Os quais, diferentemente dos demais, estão num período determinante, onde definirão que homens e mulheres serão mais tarde. Nessa trama, o gênero também é determinante quando pensamos nas imposições culturais – diga-se de passagem, adultocêntricas – em torno de ser homem e mulher. É inegável, portanto, que a condição de juventude será materializada de forma diferenciada ao homem e a mulher, contando com diferentes determinantes culturais e sociais, os ritmos, e disponibilidades biológicas, vitais, e sociais também serão variados (MARGULIS; URRESTI, 2000).

³ Do grego *hédoné*: prazer. Doutrina filosófica-moral que atribui ao prazer individual e imediato o bem superior da vida humana.

Por isso, em alguns momentos – apesar do reducionismo – faz-se necessário definir juventude cronologicamente, como fazem principalmente os órgãos de políticas públicas ou fomento como a Organização das Nações Unidas, por exemplo, que considera “jovem” aquele que possui entre 15 e 24 anos de idade. Essa definição é importante, por que corrobora o conceito geracional, o qual entende que “jovens” seriam aqueles pertencentes a uma mesma geração, ou seja, os indivíduos que compartilham de experiências semelhantes dentro de um determinado período histórico.

Para Pais (1993), a corrente geracional se baseia na idéia de juventude como *fase da vida*. Nela, a herança de valores e a cultura atribuída entre as gerações também deve ser considerada. Assim, os conflitos geracionais são percebidos como disfunções de socialização, e são próprias das gerações. As *descontinuidades geracionais* seriam as bases da formação da juventude como uma nova geração. De certo modo, esta descontinuidade é considerada positiva quando se entende que cada geração irá se referenciar minimamente na geração anterior, ainda que se perceba diversa a ela, construindo e experimentando novas situações de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos.

Margulis e Urresti (2000) ainda acrescentam que as gerações não são iguais, mesmo se partilharem faixa etária. Segundo eles, diferentes gerações existem, pois são pertencentes a culturas diferentes quando entendemos que a cada período histórico formaram-se diferentes culturas, também incorporadas na socialização das diferentes juventudes ao longo dos anos:

[...] la circunstancia cultural que emana de ser socializado con códigos diferentes, de incorporar nuevos modos de percibir y de apreciar, de ser competente en nuevos hábitos y destrezas, elementos que distancian a los recién llegados del mundo de las generaciones más antiguas. (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 19)

Neste sentido, é possível classificar as gerações em: *geração biológica*, *geração demográfica*, e *geração social*. A geração biológica refere-se ao período médio de anos que congrega os indivíduos, inicia em determinado ano e se encerra naquele em que nascem os seus filhos. A geração demográfica seria um aglomerado estatístico entre pessoas cujas idades se situam dentro de limites pré-estabelecidos. Finalmente, a geração social seria um grupo, ou congregado que se aproxime disso, com idades concentradas, com restrito intervalo entre elas. Nesta tipologia de geração, os indivíduos possuem sentimento de interação na sociedade com

os demais grupos, mais velhos, ou mais novos, nela também são identificadas as diferenças etárias, e das referências sociais e culturais.

Assim a corrente geracional prevê também que existe uma cultura juvenil própria que não se assemelha a das demais gerações. Esta cultura seria o reflexo das *descontinuidades geracionais* caracterizadas pela não incorporação da herança familiar ou social, dos modos de vida, dos valores, da cultura, da tradição. Seriam predominantes, então, as *rupturas, conflitos ou crises intergeracionais*, declarando o confronto entre os valores das diferentes gerações. Para Foracchi (1972 apud GROPPPO, 2000), por exemplo, “crise de adolescência” se refere aos conflitos vividos entre indivíduos e grupos de diferentes gerações, já a “crise de juventude” seria a evolução do conceito anterior, quando os conflitos e questionamentos são elevados à sociedade, o que podemos considerar que expressaria os conflitos inseridos nas descontinuidades geracionais.

Segundo Pais (1993) o relacionamento entre jovens e adultos apresentar-se-ia “aprobemático”, quando a juventude seria apenas uma fase intermediária, que não conta com conflitos, da passagem da adolescência à idade adulta. A cultura juvenil seria percebida como integrada ao processo social, conjugado à dos adultos. “Problemático” seria o relacionamento considerando a estranheza entre as gerações, inclusive no campo da cultura vivida. Neste, os interesses e culturas seriam inconciliáveis, e até divergentes. Sendo assim, a cultura juvenil colocaria a cultura adulta em xeque, quando a recusa e ameaça sua continuidade.

Neste caso, não ocorreria a *socialização contínua*, na qual os jovens são socializados na direção dos valores e normas referentes às gerações mais velhas, na qual também haveria a *juvenilização da sociedade*, quando os jovens influenciam os adultos. Relacionando estas duas formas de assimilação, Pais (1993) salienta que o processo mesmo de socialização do jovem à vida adulta prevê as influências por parte da cultura dos mais velhos, no sentido de integrá-lo ao *sistema* de relações e valores sociais. Por sua vez, a cultura adulta também sofre a influência da geração juvenil vigente, à medida que este *sistema* é por ela influenciado, pelas suas atitudes e comportamentos: “É este processo que se pode designar como *juvenilização* e que implica que a sociedade modele a juventude à sua imagem mas, ao mesmo tempo, se rejuvenesça.” (PAIS, 1993, p. 42). O que não significa exatamente a juvenilização no sentido do consumo,

mas que também a facilita. Portanto, a juventude seria um *grupo de referência externa* nas contribuições de assuntos e condutas, que seriam consideradas e institucionalizadas.

Margulis e Urresti (2000) destacam que a juventude é condicionada e definida por variáveis históricas, culturais e materiais, tais como as moratórias vital e social, a herança social e cultural incorporadas e reproduzidas – os valores. Além da própria questão de gênero, e o espaço que os jovens garantem nas instituições, como atores, ou público dos serviços. Assim, condicionadas a diferentes realidades, podemos – e devemos – considerar não só “juventude”, mas “juventudes”, principalmente considerando realidades regionais e/ou culturais diversas. Avaliando as diferenças e semelhanças de variados fatores de realidade, como no Brasil com sua dimensão territorial continental, que expressa dentro de um mesmo país, diferenças regionais muito significativas, referentes à cultura, costumes, e modos de vida, isto também no contexto catarinense e florianopolitano. Considerando estes fatores, torna-se então impossível definir uma juventude homogênea.

Isto implica na relevância em se reconhecer, compreender, definir e considerar a juventude nas suas peculiaridades geracionais, pois, numa sociedade ela é uma espécie de reserva e referência de energia vital. O que de certa forma revitaliza as relações cotidianas quando necessário, devendo, para tanto, ser compreendida na sua dimensão histórica para de fato ser apreendida como potencialidade positiva. Caso contrário incorre-se no que afirma Mannheim (1976): não se terá a potencialidade juvenil na sociedade, pois ela precisa ser desejada. Neste sentido, ele considera juventude “[...] uma espécie de reserva que se revela apenas se tal revitalização for desejada para o ajustamento a circunstâncias rapidamente mutáveis ou completamente novas.” (MANNHEIM, 1976, p. 93).

Essa reserva é requisitada pela sociedade esporadicamente, porém, não significa que seja tomada como inconstante. Seu fator principal é o alheamento à ordem vigente, possibilitando que a ação seja sempre original por parte dos jovens. Essa energia vital se relaciona com a moratória vital apontada por Margulis e Urresti (2000), à medida que também se expressa como um capital enérgico, da sua força, capacidade produtiva e resistência física, apresentando seu valor de uso, inserido num mercado, a sua energia. Ela muda sua expressão e disponibilidade conforme o contexto social em que se insere. Seu uso pela sociedade é

fundamental, pois ela também implica os primeiros conflitos de identidade, e de perceber-se no mundo por parte da juventude.

Este processo denota várias expectativas da sociedade aos jovens, no entanto atrelados à formação, para garantir uma inserção social coerente, bem como, um retorno, representado quase sempre na qualificação profissional. Quando isso não se dá, por determinados fatores de ordem social e/ou cultural, pela falta de acessos, ou pelas questões individuais, os jovens são levados de vítimas a problema social. Portanto, por conta dos conflitos geracionais, ou entre “juventudes”, e das expressões e experiências próprias da juventude atual, ela é percebida – por se diferenciar – como problemática. Por conta disso, se reafirma a percepção de que se deve atuar na sua adaptação aos valores postos, em vez de se investir em todo o potencial apresentado ao que ele realmente se interessa em ingressar. “Cuida-se” do jovem de acordo com os interesses sociais.

O exemplo disso seriam as políticas públicas destinada aos jovens brasileiros que têm como “pano de fundo” a inserção no mercado de trabalho. E às crianças e adolescentes na via da prevenção ou correção de sua conduta, sejam eles vítimas ou causadores de problemas.

Nesse cenário geracional, encontra-se a corrente classista, que apesar de trazer elementos relevantes com as diferenças sociais, o antagonismo de classes, reduz a juventude a um potencial de enfrentamento político. Tudo que se refere aos jovens, suas potencialidades e formas de expressão seriam “formas de resistência” – os estilos de vestir-se, portar-se, falar, tipo de consumo – à cultura e ideologia dominantes. Acredita-se que se tenta encaixar certas condutas próprias dos jovens, ou não, como relacionadas à idéia de classe social. Estas *distinções simbólicas* são percebidas entre classes, não havendo possibilidade de expressão diferenciada dentro de uma mesma classe social, principalmente o contraditório com relação à geração adulta. Além disso, as culturas juvenis implicam apenas numa direção política, pois seus rituais expressariam resistência, ao criarem novos meios da sua cultura.

As classes seriam então construções históricas, e relações conflituosas se originariam delas. Condicionadas pelas relações e atuações locais, a contribuir nas suas trajetórias sociais. É possibilitada a mobilidade social, contrapondo-se ao destino fatalista atribuído aos jovens das classes mais baixas. Assim, as trajetórias individuais também não são previsíveis. Além disso,

como destaca Groppo (2000), os jovens pertencentes a uma classe ou etnia que sofre tipos de discriminação ou exclusão tendem a assumir e explicitar de forma mais garrida sua identidade como cultura diferenciada.

Pais (1993) analisa a corrente classista na qual a *reprodução social* condiciona a reprodução das *classes sociais*. Nela, há a crítica a idéia de juventude como “fase da vida”. Apesar de considerá-la enquanto categoria, ela está condicionada por relações de classe. Assim, a transição à vida adulta seria condicionada pelas desigualdades sociais, como divisão sexual do trabalho, ou condição social vivida.

Neste sentido, se atribui que o emprego – ou a falta dele – aos jovens de fato, será decisivo nas *trajetórias sociais* destes indivíduos, como pertencentes a uma classe trabalhadora, de acordo com a sua profissão, ou a sua classe de origem. A “proletarização” dos jovens seria transitória, quando há a possibilidade de transição social, também da juventude à vida adulta.

Assim, na corrente classista,

[...] as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto das relações antagônicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam por esta corrente apresentadas como “culturas de resistência”, isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe. Por outras palavras, as culturas juvenis seriam sempre “soluções de classe” a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social. (PAIS, 1993, p.48)

A sociedade – e seus conflitos sempre em vigência – recebe os adolescentes como “estrangeiros”, sendo que estes agora “devem” se adequar gradativamente à realidade, ordem social, aos grupos sociais e à vida convencionada como adulta: trabalho, independência financeira, constituição do seu próprio grupo familiar. Este movimento de inserção num novo contexto de vida causa um interesse – como em tudo que lhe parece novo – nos movimentos sociais que questionam a ordem social vigente, sendo motivado pelos próprios conflitos de identidade individual, de inserção social, e dos grupos que lhe despertem interesse. Neste sentido que “Em linguagem sociológica, ser jovem significa, fundamentalmente, ser um homem marginal, em muitos aspectos, um estranho.” (MANNHEIM, 1976, p. 96). A juventude é também, para Margulis e Urresti (2000), uma condição cultural baseada de forma material à idade. Seria um modo específico de viver e “estar no mundo” a partir de certa temporalidade.

A potencialidade e intencionalidade de suas ações – também políticas – serão condicionadas pelo contexto em que está inserido, seja do grupo familiar, ou de convivência, a cultura vivida, dos tipos de relações que conserva, dos valores e crenças herdados. Com determinantes como a classe a que pertence e o próprio conflito de gerações presente – e das especificidades da sua geração – estas definirão quais os grupos de atuação dos diferentes jovens, bem como as ações que serão desenvolvidas. Para tanto, Mannheim afirma que a juventude é uma “reserva” oculta, mas presente em toda a sociedade:

Depende da estrutura social o fato de essas reservas – e também quais dentre elas – serem ou não mobilizadas e integradas numa função. O fator especial, que torna os adolescentes o mais importante trunfo para a nova orientação societária geral, é que eles ou elas não tomam a ordem estabelecida como indiscutível e não têm interesses comprometidos, seja com sua ordem econômica, seja com sua ordem espiritual. (MANNHEIM, 1976, p.97).

Margulis e Urresti (2000) salientam que a socialização – o que denominam *memória social incorporada*⁴ -- sofrerá variações com o passar das gerações, a considerar os contextos diferenciados, as normas e tudo que pertencente a uma cultura, e que também evolui na sua história. Por isso, os hábitos geracionais variam conforme as estruturas sociais e o tempo histórico em que estão inseridos. Apesar do entendimento de que eles podem variar no tempo, espera-se que tais hábitos sejam executados pelos indivíduos da geração vigente. É destacado também, que uma pequena diferença cronológica entre gerações significa um abismo se considerarmos, por exemplo, o avanço tecnológico ao que as gerações atuais têm mais acesso. Ainda, que pelas diferenças sociais e regionais não tenha sido alcançada por todos os indivíduos de uma mesma geração.

Assim, os determinantes históricos de cada época, além das distinções sociais, constroem em conjunto um cenário social que fora, e ainda é experimentado por cada geração de forma diferenciada – apesar de compartilhada no mesmo tempo presente. Diferencia-se seja

⁴ Memória social incorporada como a memória de experiências vividas em determinados contextos históricos, de acordo com as experiências anteriores próprias de cada geração. O modo de experimentar uma situação será distinto dependendo da geração, pois os indivíduos viverão situações de forma diferenciada, considerando a sua memória referente às situações e experiências já vividas, próprias da socialização de sua geração. Eles citam como exemplo a ditadura militar na Argentina: não seria o mesmo nascer antes, durante, ou após ela.

pela história, ou na vivência da situação a partir de suas experiências anteriores. Ou seja, a geração sempre remete ao período histórico em que se foi socializado, e a ela é atribuída uma memória, incorporada às vivências presentes e posteriores.

Como juventude é um período próprio do aprendizado de vida e inserção numa ordem social, uma “permeabilidade ideológica” permitiria aos jovens uma apreensão mais eficaz, caracterizando uma consciência própria de sua geração. Porém, a continuidade de uma sociedade também é condicionada pela relação entre as gerações, que prevê, de certa forma, conflitos entre elas. Portanto, os modos de vida, de como ser no mundo, das experiências e comportamentos, dos problemas, seriam vivências próprias de uma *geração*, compartilhadas entre os indivíduos deste mesmo grupo vivendo as circunstâncias e problemas semelhantes.

As diferentes “juventudes” devem ser consideradas, quando a categoria juventude é formada por uma pluralidade de juventudes, de diferentes características, tipo de comportamento, significados, sentimentos. Esta categoria deve então ser considerada socialmente, ou seja, só pode ser compreendida na constante inter-relação com as diferentes categorias que se referem às diferentes realidades sociais: “classe social, estrato social, etnias, gêneros, oposição urbano-rural, relação nacional-local, global-regional, etc.” (GROPPO, 2000, p. 19). Entendendo também que determinantes como as moratórias vital e social se complementam para entendimento dos diferentes sujeitos partes da juventude, ou das diferentes juventudes.

Margulis e Urresti (2000) destacam também que os fatores sociais da juventude devem ser considerados além dos fatores biológicos. Entendem que a maturidade biológica acontece juntamente com uma imaturidade social, ocorrendo a complementação entre as moratórias vital e social. Assim a juventude, o modo de vivê-la, será determinada pela classe social a que pertence. Porém, os pontos comuns seriam os “ritos básicos”, na conquista de uma autonomia gradativa, principalmente referente à família de origem, como deixar o núcleo familiar e obter independência financeira. Além dos ritos incorporados nas culturas juvenis, geralmente para acesso aos grupos de amigos: experimento de drogas, incorporação ao estilo e estética do grupo, linguajar, gírias.

O que podemos destacar deste debate sobre juventude, é que a sua potencialidade geracional, seja expressa na moratória vital, ou garantida pela moratória social, só é reconhecida em meio ao contraditório entre as gerações e que essas expressões, acontecem no contato direto com a realidade social. Isto ocorre a partir de sua participação em grupos, formados por laços de amizade, interesses, ou identificação etária, bem como na forma de militância baseada em ideais de classe, ou ainda somente no confronto na relação com as demais gerações. Apesar de a inserção social demandar a busca por identidades, ela garante que todo ato juvenil, por estar expressando um “problema geracional” à sociedade, seja ele considerado uma ação política, mesmo que irracionalmente.

Em conseqüência, podemos considerar que para além da participação institucionalizada, os atos juvenis são de alguma forma uma “militância”. Essa participação, assim como o conceito de juventude, deve ser compreendida. Portanto, é este sentido que damos continuidade neste trabalho. Para então, relacionar as participações juvenis que encontramos na cidade de Florianópolis a ambos os conceitos.

1.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL: SOCIABILIDADE E AUTONOMIA

Participar é pressuposto a todas as ações na vida cotidiana. Em todos os espaços da vida social, os indivíduos necessitam se inserir de alguma forma, sentirem-se parte dos processos para que suas ações sejam efetivas. Cardoso (2003) define participação como um requisito à conquista de liberdade e plena condição humana. Neste sentido, se faz necessária a organização da sociedade civil, potencializando participações a partir de motivações subjetivas e coletivas. Sposati (2001, apud CARDOSO, 2003) entende que a participação deve ser construída coletivamente, uma *subjetividade coletiva*, na construção de um *desejo novo*.

Para Gohn (2005), a participação se refere a uma prática transformadora, que expressa um sentido (direção) e significado (conceito, definição) à própria prática, no grupo ou causa no qual o sujeito se insere. Os sentidos e significados são atribuídos e transformados

historicamente. Neste processo, os sujeitos tornam-se protagonistas e desenvolvem sua consciência crítica, que vem a somar no grupo ou movimento, possibilitando o desenvolvimento de uma nova força e cultura política. Quando da definição do sentido e do significado, é possível perceber os desafios, e soluções a serem alcançadas, bem como as ações que devem ser efetivadas. Além da questão da identidade, que do plano subjetivo, individual, é construída coletivamente, e que leva ao reconhecimento do e no coletivo.

Assim, a participação está diretamente conectada a mobilização dos sujeitos a partir de sua subjetividade⁵, da identificação da importância de se inserirem com posicionamentos definidos, com o objetivo do bem comum, em nível local, ou global. A questão da subjetividade é decisiva no que se refere à participação social. Há, segundo Gohn (2005), uma “cultura política acumulada” pelos sujeitos, a qual serve como referência às ações a serem desenvolvidas. Além disso, Sawaia (2001) relaciona também à participação a idéia de afetividade, e individualidade, os sujeitos se envolvem emocionalmente – além de racionalmente – a partir de motivações também individuais com determinada situação ou demanda. Neste processo também se inserem elementos como autonomia⁶, emancipação⁷ e diversidade dos diferentes sujeitos – preferências, ideologias, realidades, entre outros fatores. Sendo o espaço de participação diluído no cotidiano, nos vários processos vividos.

A consideração das questões subjetivas para se esboçar a participação, vem a contribuir no entendimento da não-submissão a valores e necessidades impostas. Neste processo, seriam consideradas as reais demandas e interesses de um grupo ou indivíduo. Exemplificando os grupos juvenis europeus do século XIX e início do século XX, citados por Groppo (2000), que

⁵ Por subjetividade, nos referenciando em Sawaia (2001) e Molon (2000), podemos entender o conjunto dos processos individuais, cognitivos e subjetivos, psíquicos – considerando os aspectos culturais e sociais – que são construídos pelos sujeitos. Estes processos se referem à afetividade, emoções, identidade, as paixões que se expressam de forma diferenciada a cada indivíduo. Também assim materializada no coletivo, se relaciona com outras subjetividades: intersubjetividade.

⁶ Conforme Pereira (2002), autonomia se refere às capacidades dos sujeitos em definir seus objetivos e convicções, defendê-los, e praticá-los sendo responsável também por suas decisões e ações, sem sofrer influência de outrem. Trata-se de uma prévia condição dos sujeitos para se considerarem, bem como, aos outros.

⁷ Emancipação, segundo Molon (2000), seria a liberdade dos indivíduos de elaborar e se inserir enquanto sujeitos (autores e atores) de seus objetivos e ações. Inter-relacionada ao entendimento de autonomia.

a partir de valores diferenciados, subjetivos, tradicionais, ou não, procuravam de forma espontânea um modo diferenciado de viver, ou distrair-se, contrapondo-se aos valores institucionais, ou impostos pelos adultos.

Os boêmios franceses do início do século XIX, por exemplo, representavam sua resistência e possibilidade de autonomia às formas impostas de vida, pelos seus pais, ou sua classe de origem, porém precisavam deste suporte para a execução de suas atividades, sendo sua maioria originária da burguesia. Alguns dos grupos rebeldes ao final do século XIX, como os denominados Apaches, também na França, usavam da chamada delinquência para se expressar, como nas suas atividades. As gangues de rua traziam uma imagem pejorativa atribuída pela polícia, ou imprensa, mas também invejada pelos outros jovens das camadas populares. O contexto era de uma Revolução Industrial, apresentando altos índices de desemprego, e a delinquência infantil ou juvenil era atribuída às classes urbanas trabalhadoras, mais empobrecidas, ou desempregadas. Os românticos, da Alemanha e Áustria do início do século XX, se propunham a ser um movimento de revolta cultural e, de certa forma, política, contra os acontecimentos e contexto mundial, bem como ao que era posto de valores adultos. Apresentava-se totalitária, pois previa que a sociedade deveria ser somente juvenil, e romântica, pelas suas atividades primarem pela fuga do cotidiano urbano, buscando o primitivo ou comunitário. Muitos destes grupos também se organizavam de forma institucionalizada, porém eram comandados pelos próprios jovens. Em comum, esses grupos juvenis apresentavam a contraposição aos valores disciplinadores, geralmente difundidos pelos mais adultos, bem como, a resistência à sua inserção no mundo do trabalho.

O *sujeito* então, é determinante enquanto subjetividade. Ele é influenciado, além dos determinantes individuais e psíquicos, por contextos e mediações sociais – com outros sujeitos – aos quais está inserido, que lhe servem como motivadores de suas ações, à sua participação. Neste sentido, podemos concordar com Sawaia (2001), quando afirma que:

[...] não há participação sem subjetividade, nem subjetividade sem participação. Ambas são fenômenos da mesma substância, de forma que, para mudar a qualidade da participação, é preciso mudar a ontologia da subjetividade. (SAWAIA, 2001, p.122)

Mas, lamentavelmente, nem sempre a participação é positiva: ela apresenta vulnerabilidade. Conforme Santos e Avritzer (2005), a vulnerabilidade e ambigüidade da participação aparecem quando, por exemplo, da intervenção estatal ou empresarial na participação da sociedade civil, ou sua institucionalidade gradativa. Este processo também ocorre nas relações de poder que elas denotam, que poderiam descaracterizar esta participação, além da cooptação por grupos mais inseridos no sistema e jogo político. Assim ela deixa de ser participação para ser controle social, mas de forma que os controlados são os próprios participantes, e os interesses hegemônicos prevalecem sobre os seus interesses. A participação seria também ambígua, pois ela atribui diferentes sentidos, como o de *marketing* político ou social, ao original que seria da construção gradativa de uma sociedade mais democrática e justa, em todos os seus setores. Isto também é perceptível entre os jovens, utilizados quando convém em alguns espaços ou movimentos potencializados por adultos. Ou seja, uma potencialidade e necessidade de inserção e participação na vida social que é mal utilizada, causando certas resistências e descrenças no futuro.

A participação só é fortalecida em espaços e objetivos democráticos. Por isso, a importância da constante articulação entre diferentes grupos, que apesar de possuírem públicos e objetivos específicos diferenciados, tratam de um objetivo maior do bem coletivo, comum, para assim fortalecerem argumentos e enfrentamentos. Nessa articulação está implicada a dimensão ético-política de cada movimento, pois nela estão contidos fatores como concepções de sociedade, cidadania, ética e justiça, educação popular, movimentos sociais, desigualdade e exclusão social. O que, de certa forma irá direcionar formas diferenciadas de participação, considerando as demandas específicas, bem como a subjetividade dos sujeitos envolvidos. A participação é entendida, portanto como imanente à sociedade, e os variados sentidos a ela atribuídos se referem mesmo às contradições postas na vida em sociedade.

Entendendo que participação é própria da condição humana, e mais que isso, uma necessidade enquanto ser social, a partir de Pereira (2002), é possível considerar a existência das *necessidades básicas*. Referem-se à subsistência direta, e pode-se entendê-las como as necessidades que se não satisfeitas, trariam prejuízo à vida, impedindo a atuação das pessoas como sujeitos. Elas são *objetivas* e *universais*, pois não são determinadas por preferências individuais, e as conseqüências da sua não-satisfação seriam as mesmas a todos os indivíduos.

Neste sentido, a participação também se configura como uma necessidade básica. Esta participação, segundo Pereira (2002) se dá na construção da vida e cultura de que se faz parte, bem como da sua avaliação e crítica, trabalhando na sua evolução. Assim, especificamente a autonomia do indivíduo deve alcançar um nível *ótimo*, para sua participação ser autônoma. Desta forma, as limitações sociais a participação seriam enfraquecidas, possibilitando a compreensão dos fatos de forma a fundamentar sua ação, e do acesso a outras formas de pensamentos e culturas, adquirindo capacidade crítica e liberdade política para as avaliações necessárias.

De acordo com Gohn (2005) a autonomia se refere à capacidade de percepção e interpretação dos fatos, isto é possibilitado com a adoção de oportunidades que aproximem a compreensão de todos os sujeitos, e que estes possam se expressar, e participar efetivamente. Ela é alcançada quando se constrói política e eticamente o respeito às diferenças, bem como o diálogo, a disponibilidade e troca efetiva de informações.

Portanto podemos acrescentar que por ser uma necessidade, a participação parte da ética individual: “O que alegra o homem está na disposição de pensar e agir por si próprio.” (SAWAIA, 2001, p. 124). Trata-se de uma ética participativa, que denota outros valores – diferentes dos clientelistas, principalmente, que percebem os mais pobres como “massa de manobra” – a considerar que todos podem, a partir de sua subjetividade e autonomia, desenvolver sua capacidade de percepção de mundo e participação social.

Participação se configura como uma potência de ação, quando o sujeito cria e possibilita seus próprios atos. Assim o indivíduo se fortalece para dar continuidade a eles. Nesta potência os princípios apresentam ética e eficácia de forma concomitante. Prevê sempre a interação com o outro, em caráter coletivo:

Os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes para todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o *conatus* individual, e o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato. (SAWAIA, 2001, p.126)

Neste sentido podemos considerar a importância que o grupo apresenta na atuação e participação dos jovens, em movimentos potencializados por eles mesmos, ou institucionalizados, pelos adultos mais velhos. Os demais membros do grupo são, muitas vezes,

os que condicionam a inserção dos jovens nos espaços de participação, sejam os amigos, familiares. Além das causas e demandas de que tratam aquele movimento e que lhe despertam interesse, compartilhado com os outros.

1.2.1. Espaços e modelos de participação

Situamos anteriormente que a participação é um exercício social, motivado por idéias e subjetividades, e que ela acontece frente a elementos da realidade cotidiana. No entanto, ela não é linear ou harmônica, acontece em meio a correlações de força, de variadas ordens. Portanto, ela acontece em vários espaços e se constitui geralmente na forma mais efetiva de ação, para tanto, pode ser autônoma, ou institucionalizada.

Supõe-se que participação institucionalizada e “movimentalista” denotam sentidos, processos e objetivos diferenciados. A movimentalista presume valores éticos, morais e comunitaristas, conforme Teixeira (2002), que no envolvimento de uma causa, objetivo, interesses agrega sujeitos envolvidos com tais demandas ou que se identifiquem com as mesmas. Porém, podemos considerar também que certos espaços de participação, apesar de institucionalizados, ou formalizados, apresentam caráter movimentalista, à medida que eles mesmos se originaram de movimentos, muitas vezes das bases da sociedade.

Assim, pode-se dizer que este tipo de participação – na qual é possível migrar de um movimento para uma participação institucionalizada, a exemplo de um movimento social que se institucionaliza construindo uma entidade de associativismo civil da temática trabalhada – se refere a uma participação por decisão, quando a intervenção ocorre organizadamente, de forma contínua (não se reduz a um episódio), nas decisões que lhes afetem. A participação por expressão, por sua vez, seria episódica – como em manifestações contra algo posto na realidade – quando se recorre a elementos simbólicos. Deve ser considerada, exatamente por impactar, chamar a atenção da sociedade para problemas específicos.

Os condicionantes da participação seriam, para Teixeira (2002), de ordem institucional, quando há permanência e regularidade, porém há a possibilidade de transformar estes espaços em cenários da lógica do poder e de predominância da burocracia. Por isso, a existência de outros mecanismos como os movimentos sociais que possam garantir maior autonomia nas ações, inclusive de enfrentamento ao Estado, e a outros espaços da sociedade também predominantes.

Os participantes da democracia, ao menos formalmente/teoricamente no contexto brasileiro, são *todos*, pois todos são cidadãos. Exatamente por isto, e por princípios como de igualdade política, a participação é, de certa forma, contemplada. Além disso, a democracia supõe uma forma de governo que submete as decisões às bases da sociedade, e uma distribuição de poder. Isto possibilitaria a participação, sem discriminação, da grande parte dos indivíduos de uma comunidade, de forma direta ou com o oferecimento de mecanismos que possibilitem esta participação, como forma de expressão e deliberação. Cotidianamente, isto se mostra dificultoso, pois se entende ser impossível discutir e incorporar os interesses e demandas de todos expressos pela sua participação individual, ou na representação de interesses de grupos ou movimentos coletivos. Assim, os direitos políticos, os direitos de participação, constituem o regime democrático, tornando-se *condições* para existência da democracia, e os direitos referentes à liberdade são as *precondições* para que ela seja realizada.

O conceito de participação cidadã pode ser tomado como um eixo. Pois ele imprime duas idéias básicas: de participação (ação) e cidadania (objetivo). Sendo a participação o “fazer parte” de um processo político e/ou social, na luta pela defesa de interesses e valores, num espaço heterogêneo; e a cidadania, remetendo à dimensão cívica, com princípios de deveres e responsabilidades, além de valores como universalidade, generalidade, igualdade de direitos e solidariedade. Podemos sintetizar nas palavras de Teixeira:

A participação cidadã é o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação. (TEIXEIRA, 2002, p. 32)

A participação também apresenta seu caráter educativo, à medida que as experiências cotidianas (decisões coletivas) nos espaços de trabalho e/ou estudo possibilitam uma capacitação gradativa ao exercício democrático. Porém, tais experiências podem direcionar a uma prática reguladora, despertando sua legitimidade. Também, a observação de que tal denotação deve ser superada, na direção de ações mais emancipatórias. Por isso a importância de reflexão e avaliação das ações efetivadas dentro de um movimento.

É importante salientar que no contexto neoliberal, os indivíduos, em algumas situações, são cooptados e se tornam meios aos quais se utilizam – por exemplo, os aparatos estatais – para receber certa legitimidade, não atendendo, necessariamente aos seus interesses. Cria-se um falso caráter de participação, como se os sujeitos estivessem inseridos nas lutas e conquistas sociais, ou que elas tenham ocorrido, de fato.

Sawaia (2001) aponta que as estratégias de participação incorporadas se expressam como “banalização do outro”, ou seja, não parte de contextos coletivos. Mostram-se homogeneizadoras, à medida que se centraliza todo o potencial participativo, a subjetividade numa única demanda. O “fazer parte”, ou “participar” de uma sociedade atualmente, se configura como acesso a bens, benefícios ou mercadorias em caráter individual, atendendo a si mesmo, ou no máximo, às pessoas mais próximas. O contexto atual não facilita o valorizar, olhar, e trabalhar com o outro para a conquista ser de e para o coletivo, o bem comum. Trata-se de uma “participação individual”, ou direcionada, e que favorece grupos específicos.

Este sentimento de participação ilusória para Chauí (2007) é necessário à despolitização dos sujeitos. Com os incentivos ao consumo, alienados, os indivíduos não percebem o contexto em que se inserem. Na resolução dos problemas cotidianos, se contentam quando os seus são solucionados, não considerando uma dimensão mais ampla de sociedade. Ou ainda, se confortam com os produtos, satisfações e prazeres momentâneos, e/ou descartáveis proporcionados atualmente. Este tipo de participação na vida social também é incorporado pelos jovens, ao adotarem todo o aparato mercadológico e de consumo a eles destinado. Até mesmo utilizado pelos adultos mais velhos que, como citado anteriormente, adotando uma estética e modo de viver atribuído aos jovens, sentem-se legitimados e/ou vitoriosos. Neste sentido, ao participarem desta maneira, se limita o entendimento da importância da sua efetiva

participação em outros espaços da sua vida, causando inclusive uma resistência à idéia de política.

Enquanto potência de ação e mobilização, a participação é condição essencial, e motivadora a estes processos. Para Toro (1997), participação se constrói e se efetiva ao longo de um processo de mobilização. Neste sentido a participação é um valor democrático, bem como sua abrangência, e a participação coletiva configura uma necessidade ao desenvolvimento social.

E as potencialidades da participação, para Santos e Avritzer (2005) seriam as oportunidades, através de mecanismos e espaços garantidos a população. Como as garantias constitucionais (de 1988) no Brasil que prevêm, por exemplo, os Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, que também institucionaliza a participação, relativa à ação estatal e seu controle social. Assim, os autores se referem à realidade brasileira:

[...] a motivação pela participação é parte da herança comum do processo de democratização que levou atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos do movimento comunitário, a disputarem o significado do termo participação. (SANTOS; AVRITZER, 2005, p. 65)

Assim, os espaços públicos de participação dos diferentes sujeitos coletivos – que motivados por interesses subjetivos passam a somar num coletivo – se oportunizam tanto na esfera pública/estatal, como no campo empresarial. Neste, através de estratégias de participação de funcionários e ações de responsabilidade social, com capacitação e formação sócio-política. Ações que também são efetivadas pela sociedade civil através, por exemplo, de Organizações Não-Governamentais, do associativismo civil, e dos movimentos sociais.

Outros mecanismos de participação na esfera pública seriam nos processos de elaboração, deliberação, e monitoramento de políticas públicas e sociais, pois a execução cabe ao aparato estatal. Dentre estes espaços de participação no Brasil, poderíamos citar os orçamentos participativos, os planos diretores, que prevêm a participação da população das bases, com discussões e deliberações locais. Este mecanismo supõe (ao menos formalmente) entre outros fatores, a participação de todos, não se atribuindo maior importância a determinados grupos, ou interesses; a participação direta dos sujeitos, com a plena discussão dos argumentos, a deliberação, bem como a representação, que será levada a outras instâncias

para as decisões em questão. Estes elementos se materializariam através de processos locais como assembléias, conselhos de monitoramento, e acompanhamento.

Estes espaços de controle social na esfera pública denotam o caráter de prestação de contas por parte do Estado, e da escolha, deliberação, e fiscalização – por parte da sociedade civil, ou de seus representantes – das ações estatais, da utilização de recursos públicos e da aplicação das leis. Porém, podem denotar um caráter contrário ao objetivo original, quando cooptados por valores corporativos, que não atenderão os reais interesses da população, quando a participação da sociedade civil tem sido mais simbólica:

Diluem-se os contornos dos campos de atuação e os papéis específicos da sociedade civil e do Estado e, portanto, a visão do papel de controle social que os diversos atores podem ter numa efetiva democracia. (TEIXEIRA, 2002, p. 52).

Coloca-se então, o questionamento deste mecanismo, se seriam meios efetivos de participação da população, ou apenas para legitimar as ações estatais.

Os fóruns seriam espaços de participação que possibilitam uma inserção mais igualitária entre os participantes. São meios de discussão e articulação de sujeitos de acordo com temáticas específicas, podendo gerar sugestões e posicionamentos às necessidades postas. Estes fóruns podem se inserir como consultores e/ou representantes da sociedade civil em outros espaços, como os Conselhos, também como forma de pressionar a esfera institucional.

As redes também trabalham desta maneira, congregando e articulando movimentos e organizações com discussões de um determinado segmento, e, num sentido mais amplo de “rede” congregando espaços públicos de diferentes segmentos, mas interessados em trabalhar num objetivo comum. Segundo Teixeira (2002), as redes devem contar com atuações transversais, pois carregam diferentes segmentos, de diferentes interesses, às vezes contraditórios; a equidade é necessária, pois as diferenças devem somar; a articulação além de local deve se expandir para o global; é necessário o constante intercâmbio entre os movimentos; a formalidade acaba sendo incorporada gradativamente com a adoção de mecanismos de ação e comunicação.

Santos e Avritzer (2005) abordam que uma globalização contra-hegemônica ocorre à medida que, mesmo os movimentos locais trabalham numa direção de resistência a valores e

poderes hegemônicos – quando nos referimos, principalmente, ao neoliberalismo, discriminações a vários segmentos sociais – locais, nacionais ou globais. Porém, não se exclui a possibilidade de estes movimentos contra-hegemônicos serem cooptados por aqueles pertencentes a uma hegemonia até então combatida.

Estes movimentos, de caráter local ou global, utilizam de vários mecanismos de divulgação na tentativa de alcançar o maior número de pessoas, para promover o movimento e conquistar mais adeptos, e mesmo como forma de pressionar a esfera estatal e/ou empresarial, e impactar a opinião pública. Assim, vários deles se utilizam da mídia eletrônica para divulgar seus objetivos, ações e articular-se a outras ações coletivas, bem como a articulação de encontros, e mobilizações. Muitos eventos de caráter mundial, como o próprio Fórum Social Mundial, os movimentos ambientais, e contra os valores neoliberais, são exemplos de movimentos que se expressam em eventos episódicos (“abraços”, protestos, ou fechamento de estradas, por exemplo), porém apresentam articulação e luta constantes. Estes espaços alcançaram gradativamente maior *status*, atualmente legitimados tanto pela opinião pública, como organismos internacionais e estatais.

Conforme Teixeira (2002), este tipo de participação não ocorre no espaço institucional, apesar de suas ações, majoritariamente se dirigirem ao enfrentamento a esta dimensão. As ações se dão no espaço público, e os meios e instrumentos utilizados partem, na maioria das vezes, dos recursos do próprio grupo, a partir de sua criatividade. Nestes movimentos, seus membros se reconhecem enquanto grupo, dando visibilidade aos problemas, a impactar e influenciar decisões que lhes afetarão. Além de se atribuírem uma identidade, que os diferencia dos vários grupos e segmentos sociais. Vale destacar que as vanguardas desses movimentos, geralmente são de jovens, cuja vitalidade é uma motivação aos enfrentamentos.

Enquanto poder local, podemos citar o associativismo local – potencialmente, o comunitário – além de iniciativas de ONG’s, ou universidades para a formação sócio-política e de lideranças locais. Elas também trabalham com a prestação de serviços básicos, economia solidária, cooperativas, assistência jurídica, educação popular. Neste sentido, apresenta forte caráter pedagógico, quando das bases se trabalham valores democráticos, com a adoção de processos e mecanismos, que gradativamente inserem estes sujeitos em práticas e discussões

democráticas, promovendo a articulação de um movimento inicial com outros de segmentos e objetivos diferenciados.

Numa definição e tipologia mais abrangente, podemos nos basear em Scherer-Warren e Chaves (2004) quanto ao associativismo civil em seis grandes grupos: comunitárias e assistencialistas; econômicas e profissionais; culturais, esportivas, e recreativas; os novos movimentos sociais; associações acadêmicas e de pesquisa; outros direcionados a demandas específicas. O que diferencia o associativismo dos movimentos sociais é a sua institucionalidade: a maioria das associações ou organizações possui vínculo formal, são reconhecidas juridicamente.

O associativismo civil local ou comunitário, como se refere Scherer-Warren (1996), seria constituído por organizações de caráter voluntário, pois contam com a participação de forma voluntária dos sujeitos no espaço local. Elas são entidades institucionalizadas ligadas a uma comunidade, bairro, localidade.

Este segmento trabalha originalmente na mobilização local no sentido da melhoria da qualidade de vida daquela população, e para solicitar a atenção institucional às várias de suas necessidades não atendidas, criando novas demandas a ação estatal. Porém, muitas vezes, quando não considerados, acabam dispendo de recursos próprios, ou recorrendo ao auxílio da classe empresarial, e/ou sendo cooptados pelas relações de poder, por valores clientelistas, quando da tentativa de solucionarem suas demandas.

As organizações deste segmento podem surgir por diferenciados tipos de demandas, congregando sujeitos do espaço local, que as compartilhem. No Brasil, tiveram expansão a partir dos anos 80, conforme a abertura democrática se tornava realidade, e os movimentos sociais tornaram-se meios efetivos de pressionar o Estado e impactar a opinião pública. Muitos destes espaços, conforme Teixeira (2002), foram institucionalizados durante a Constituinte (1987-1988). O que atribui maior reconhecimento às ações da sociedade civil, a sua efetividade, isto quando mantida uma atuação autônoma. Também motivados por ações estatais, principalmente as municipais, que com a própria descentralização dos serviços públicos federais, intensifica a partir dos anos 90 a execução dos serviços de forma local. Os

programas e ações prevêm, além do atendimento ao que a política se destina, a mobilização da população daquela localidade, além do controle social, referente à execução desta política.

Destacam-se, com a contribuição de Teixeira (2002), os mecanismos de participação individual e coletiva da sociedade civil na esfera estatal como administrativos, ou de gestão (fiscalizando e monitorando as ações estatais), os parlamentares (acompanhamento das discussões, e espaço para denúncias e depoimentos), judiciais (mandados, ações, articulação com o Ministério Público), e político-eleitorais (voto, relação com partidos, promoção de plebiscitos), além do acesso aos próprios órgãos públicos. Porém, grande parte da população não conhece estas informações, não são amplamente divulgadas. Cabendo aos movimentos, de forma mais organizada, se articularem e alcançarem estes serviços, também servindo como forma de enfrentamento mais efetivo quando coletivo.

Outros espaços públicos de participação coletiva são os movimentos sociais. Não-institucionalizados se originam de demandas coletivas para garantia de direitos, ou para manter uma situação que está ameaçada. Então, podemos concordar com Silveira (1993) quando afirma que todo movimento social denota relações de conflito. De acordo com a teoria marxista, os conflitos advêm de processos das contradições sociais, da situação da não-cobertura total do Estado quanto às necessidades da população.

Mas a idéia de conflito se torna determinante se compreendermos que se refere aos diferentes interesses postos na sociedade, que não conseguem ser superados ou convertidos em processos que os congreguem efetivamente. Além disso, os movimentos pretendem alterar pontos específicos das relações sociais, referente ao segmento do movimento. Os movimentos podem desejar alcançar uma institucionalidade, legitimada pelo Estado, e que assim possa influir nas mudanças sociais, ou somente exercer alguma influência sobre ele, na tentativa de conquista de direitos e mudança de valores postos na sociedade. De acordo com a teoria anarquista, os movimentos se direcionam a uma relação mais autônoma frente às instituições.

A construção de uma nova cultura política se dá a partir da visibilidade e influência das lutas e movimentos sociais. Assim, sintetizando um conceito de movimento social: *“trata-se da ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a*

mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade.” (SILVEIRA, 1993, p. 216, grifo do autor).

Para este autor, os elementos básicos dos movimentos sociais são o projeto, como a proposta do movimento, seus objetivos e metas, bem como o estabelecimento das suas estratégias de ação; a ideologia como as idéias que expressam os interesses do movimento, que lhe dará sentido; a organização, com deliberação de funções e responsabilidades entre os sujeitos, de forma hierárquica, permanente ou em caráter de revezamento.

Giddens (2005) destaca os *novos movimentos sociais*, como aqueles surgidos nos países ocidentais a partir dos anos 60, com a problematização de novas demandas sociais, como o questionamento aos padrões morais, e crescentemente os de caráter ambiental. Estes movimentos contemporâneos apresentam caráter, mecanismos e estratégias de ação muito diferenciados dos movimentos anteriores, quando reivindicam principalmente valores não-materiais, apresentando forte resistência aos princípios neoliberais, delimitando-se a um segmento específico, mas que atuam em rede com os demais. Acredita-se que o contexto atual é propício a atuação dos movimentos, pois se torna impossível o Estado, organizações internacionais, e a sociedade em geral ignorar problemas e demandas específicas, sobretudo, quando se apresentam de forma global. O que torna a ação e alcance dos movimentos mais efetiva, colocando estas questões em discussão.

Os próprios avanços tecnológicos auxiliam na divulgação e estratégias dos movimentos sociais. A internet, por exemplo, com suas redes, grupos e fóruns eletrônicos, e mesmo os *sites* dos movimentos ou de redes que congreguem vários deles tornam-se divulgadores, na promoção das ações, bem como mecanismo de pressão institucional. Também serve como meio para difundir o movimento num caráter mais global, como os movimentos que com o passar dos anos, criaram agências e escritórios em diferentes países. Esta divulgação nos espaços virtuais ocorre também em nível local, a exemplo do Movimento Passe-Livre⁸,

⁸ O Movimento Passe-Livre atua em várias comissões em todo o território nacional (SOUSA, 2005). Caracterizada também pelo trabalho em rede com demais movimentos urbanos, seus enfrentamentos se concentram no que se refere ao transporte coletivo, inicialmente na busca pelo direito ao passe-livre no sistema municipal de transporte. Em Florianópolis é formado por estudantes – muitos do Ensino Médio – e conta com maior protagonismo a partir de 2000, quando intensifica a Campanha pelo Passe-Livre. Em 2004, protagoniza as

formado em sua maioria por jovens estudantes, existente em várias cidades brasileiras. Em Florianópolis os membros utilizam grupos de *e-mails*, *blogs*, *fotologs*, entre outros recursos. Além da divulgação “boca-a-boca”, utilização de cartazes também para trazer mais sujeitos às mobilizações, que apesar de episódicas, não excluem o trabalho paralelo, pressionando as vias institucionais.

A seguir destacaremos minimamente alguns espaços de participação coletiva, inclusive daqueles que servem como meios de atuação e protagonismo da juventude.

1.2.2. Juventude: participação e protagonismo na história recente

As vias políticas tradicionais ou formais contam com a inserção de jovens, como grande parte da população, através do voto. Mas, muitos deles acreditam esta participação não ser suficiente, e tentam com outros jovens, ou sujeitos mais velhos, se inserirem na vida política, no desenvolvimento de uma nova cultura de acordo com valores democráticos. Isto no acompanhamento das ações estatais, demandas dos jovens a estas ações, inserção na vida política, ou iniciativas paralelas que venham a substituir o caráter estatal, bem como movimentos de enfrentamento e resistência.

Os espaços de participação em caráter de associativismo comunitário são uns dos que contam com jovens como sujeitos membros, mediadores e líderes. Possuem forte identidade com sua base local, realizam os enfrentamentos em busca de melhorias na localidade. Como destacaremos na segunda Seção deste trabalho.

Os partidos políticos contam com grupos temáticos, como Juventude do partido, que proporcionam a exposição das demandas dos jovens dentro daquele espaço, que podem ser confrontadas com as diferentes opiniões e interesses ali presentes. Além de, potencializar a

manifestações contra o aumento das passagens na Grande Florianópolis e capital, a “Revolta da Catraca”. É, atualmente, o movimento que mais se configura como de protagonismo juvenil em Florianópolis.

atuação qualificada em outros espaços, como os movimentos sociais. Quando estes jovens contam com uma formação gradativa no que se refere aos princípios do partido.

Os movimentos brasileiros potencializados pela juventude, sobre temáticas referentes a ela, possuem grande legitimidade. Quando articulados, têm seus representantes em Conselhos de Juventude (locais, estaduais, e nacional), participando das decisões estatais que definirão a atuação de políticas e programas direcionados aos jovens.

A escola como um dos primeiros espaços de socialização das crianças e adolescentes apresenta forte caráter de mobilização, quando estes adolescentes identificam dificuldades da sua expressão e atuação dentro deste espaço, que é muitas vezes cerceada pelas autoridades legitimadas, o corpo docente e administrativo. Assim, se organizam em grêmios estudantis, por exemplo, como representação dos estudantes na negociação de pequenas aberturas dentro da escola, ampliação do acervo bibliográfico, sugestões de palestras, formação de grupos temáticos, musicais, teatrais, entre outros. Este tipo de movimento, também continua no espaço acadêmico, com Centros Acadêmicos, e Diretórios Central dos Estudantes, e organizações regionais e nacionais, também por áreas de estudo, graduação (Federações, Executivas, por exemplo) com uma conotação mais política, de enfrentamento tanto na determinada instituição de ensino, como de posicionamentos quanto ao que ocorre na área de atuação profissional e na sociedade.

Os movimentos juvenis históricos – como os enfrentamentos frente à ditadura militar na América Latina, e o Maio de 68, na França – também mobilizaram outros setores da sociedade. No contexto brasileiro, influenciaram outros movimentos que se formaram pela crise econômica que se instalava ao final dos anos 70 – devida às grandes obras, e desenvolvimento econômico no país, não contando com a dívida externa –, e de legitimidade de um governo militar modernizante na infra-estrutura, porém, fortemente repressivo à população. Esta conjuntura possibilitou a formação e avanço de outros movimentos de diferenciadas temáticas e segmentos que apresentaram grande participação também na Assembléia Constituinte, para inscrever novos direitos e garantias na Constituição de 1988.

Demais movimentos urbanos de diferentes temáticas – meio ambiente, étnico-raciais, população de rua, questão agrária, político-culturais – como os de caráter popular no seu

espaço local contam com a adesão de jovens das classes também populares, pela desarticulação do movimento estudantil ao final dos anos 70, reforçada no contexto atual. É possível perceber que as ações potencializadas enquanto estudantes se dão de forma isolada, focalizada, não há articulação regional. Mesmo como espaços institucionalizados, não se legitimam enquanto representação real dos estudantes.

Dos espaços vinculados a Igreja Católica é possível destacar, conforme estudo de Sousa (1999) e Della Flora (2007), as Pastorais de Juventude e Juventudes Católicas, organizadas na região de cada diocese, e espaço social – se agrária, ou universitária, por exemplo. Possui uma herança de formação e atuação efetivamente política que teve maior intensidade dos anos 60 a 80. Atualmente, se configura como um conjunto de jovens entre, aproximadamente, 17 e 23 anos, com ações majoritariamente ligadas a espiritualidade dos membros e da juventude em geral, aos valores católicos, conhecimento pessoal, integração, reconhecimento da pessoa e dignidade humanas, o meio ambiente, a cultura e a vocação.

As ONG's também se tornam espaços de atuação política dos jovens quando eles se inserem primeiramente como público destas entidades, nos programas e projetos por elas desenvolvidos – alguns deles descentralizados do governo federal. Possibilitam-se a criação de identidade e construção de uma cultura política a potencializar sua ação referente às suas demandas em outros espaços de participação locais e/ou movimentos sociais de maior amplitude, bem como a inserção em outros espaços da sua vida social organizados politicamente (sindicatos, grêmios estudantis, movimentos de temáticas específicas).

Como também um meio de atuação cultural, Sousa (1999 e 2002) destaca os movimentos *Anarco-Punk* e o *Hip Hop*. Apesar de se tratarem de movimentos que atuam em ambientes e públicos extremamente diferenciados entre si, devemos avaliar que existem semelhanças ao fato de objetivarem a valorização, divulgação e disseminação de sua cultura contrária ao que está posto, ao que é dominante. O que também denota uma atuação política.

Desta forma, ilustramos alguns dos espaços que contam com jovens também em território florianopolitano. A seguir, destacaremos os sujeitos desta pesquisa, os jovens que atuam em espaços locais institucionalizados. Para então, compreendermos se há de fato seu protagonismo nas suas ações.

SEÇÃO II – A INSERÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS LOCAIS INSTITUCIONALIZADOS DE FLORIANÓPOLIS

2.1. METODOLOGIA: A BUSCA E CONVERSA COM NOSSOS SUJEITOS DE PESQUISA

Em Florianópolis, é possível identificar vários movimentos sociais e espaços públicos de ativa participação, muitos compostos ou potencializados por jovens: movimentos político-culturais, ambientalistas, étnico-raciais, o próprio movimento estudantil, partidos, fóruns e redes sobre juventude, dentre outros. O associativismo civil também é um desses espaços, fortemente organizado em vários segmentos da sociedade, baseado em diferentes demandas e realidades. Conforme Scherer-Warren e Chaves (2004), as temáticas organizativas na cidade são as mais diversas: de categorias profissionais a grupos identitários, organizados de forma local, mas em constante interação com os demais movimentos e organizações de mesma natureza, bem como a utilização, em alguns casos, do caráter em rede de articulação com diferentes áreas do associativismo civil.

O objetivo inicial deste trabalho era destacarmos os espaços do associativismo civil comunitário em Florianópolis que possuem a inserção de jovens entre 15 e 25 anos nas suas ações, bem como o entendimento de suas motivações, de como inserem e entendem sua participação.

Optamos pela pesquisa qualitativa (MINAYO, 1994), com a apreensão das categorias Juventude, Participação, e Espaços Públicos de Participação. Nas entrevistas – utilizadas como instrumentos de obtenção de dados – pretendeu-se valorizar as falas dos sujeitos pesquisados. Isto nos serviu de parâmetro para compreendermos a percepção das suas ações e se elas se expressam ou não, politicamente, em vez de priorizarmos a quantificação de espaços comunitários que possuem a participação de jovens.

Tivemos dificuldades em efetivar os contatos com as organizações comunitárias. Das que conseguimos contatar, muitas não contavam com a participação de jovens. Entendendo que a participação se dá através das ações cotidianas, decidimos ampliar o recorte, buscando outros movimentos e associativismo presentes nas comunidades florianopolitanas. Assim, revelaram-se outros espaços de atuação local: encontramos Associações de Surf, projetos de inserção local, todos provocados ou gerenciados por jovens.

Com agendamento prévio, realizamos o primeiro contato e as entrevistas. Como nossos objetivos eram a identificação e o reconhecimento desses movimentos e das ações dos jovens realizadas neles, não houve frequência de encontros para geração de vínculos. Apesar de que, o fato de obtermos referências deles antecipadamente possibilitou uma boa acolhida.

A decisão de realizar a pesquisa de campo, de caráter qualitativo se deu pela necessidade de reconhecimento dos espaços e aproximação dos jovens. Isso viabilizou a compreensão das particularidades de cada sujeito entrevistado e dos espaços em que atuam. O diálogo, a aproximação possibilitou observar as expressões, o tom da voz dentre outros movimentos que traduzem significados importantes, como aprovação e desaprovação.

Como destaca Minayo (1994), a metodologia qualitativa se refere à modalidade de pesquisa na qual se valorizam os significados, valores, atitudes, motivações, do que não pode ser quantificado, ou analisado pela modificação de variáveis. Com a decisão da utilização de entrevistas pessoais com os sujeitos, como um instrumento deste tipo de pesquisa, que nos serve, conforme a autora, para a apreensão de informações a partir da fala dos sujeitos pesquisados, destacando-a, valorizando-a, considerando a realidade em que se insere, e que se expressa nas falas.

A entrevista possibilita então a apreensão de dados objetivos e subjetivos:

Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. (MINAYO, 1994, p.57)

Acreditamos, além disso, que como estudante de Serviço Social, a aproximação a um público com potencialidades diversas como os jovens, é possibilidade de um trabalho conjunto

e por conseqüente, o exercício gradativo de autonomia e emancipação. Fato que ultrapassa o mero caráter de trabalho com jovens, que pretende considerá-los em sua diversidade, isentos de direcionamentos, independente da situação que a sociedade os considera, quer seja, como problema, quer seja como vítimas ou causadores. Enquanto profissional que poderá trabalhar com jovens, essa experiência comporta estranhamentos, e pode possibilitar propostas de novas práticas no trato com esse público.

A ida a campo compreendeu os meses de setembro a dezembro de 2008, nesse período localizamos nove espaços de participação, neles encontramos dezesseis jovens na faixa etária de 16 e 24 anos, a maioria natural de Florianópolis, apenas dois deles, naturais do estado do Paraná. Os jovens florianopolitanos estão inseridos em todos os espaços a que tivemos acesso. No associativismo comunitário, apresentam uma defesa do espaço local, do meio em que vivem, e que cresceram, tiveram sua socialização, por isso percebem a importância da sua participação nestes locais. No Projeto Social e no Programa Estatal, trata-se além da identidade local, um espaço que proporciona o desenvolvimento pessoal dos jovens participantes, (objetivando o trabalho conjunto de desenvolvimento com as crianças ou jovens da localidade, o público dos projetos desenvolvidos). Na Associação de Surf, a defesa do local também é evidente nos cuidados que efetivam a praia, da conscientização quanto ao meio ambiente, além da defesa e disseminação do Surf como esporte e modo de vida na localidade.

Os espaços públicos com participação de jovens que destacamos neste trabalho são todos institucionalizados na perspectiva de gerenciamento comunitário, comum aos movimentos de associativismo. A maioria deles de iniciativa de adultos, que passaram a contar com a participação de jovens gradativamente, ou que direcionam suas ações aos jovens ou crianças. Eles foram diversos, para além do associativismo comunitário, encontramos dentre eles sete de associativismo civil, um projeto social, e um programa estatal. Os dois últimos estão inseridos e ligados a organizações associativas de alguma forma, quer na utilização do espaço físico ou de demais garantias institucionais e de infra-estrutura.

Desses nove espaços, em alguns deles foi possível acessar a mais de um membro dentro da faixa-etária que delimitamos primeiramente – 15 e 25 anos – o que possibilitou a percepção

de diferentes pontos de vista inseridos num mesmo espaço. Nesse universo, totalizamos onze abordagens, sendo nove individuais e duas coletivas.

A partir disto, não é possível afirmar um recorte com relação aos movimentos existentes em Florianópolis, por isso, não referenciamos comparações. Mas, foi possível traçar um perfil em comum dos jovens, principalmente no que se refere às motivações da participação apesar de estarem em movimentos diferentes. Talvez seja possível diagnosticar minimamente dessa participação, se é relevante, se os jovens a entendem como política, se é transformadora, e principalmente: é juvenil?

Os locais mais diversos abrigaram nossas entrevistas: sedes em que as atividades são desenvolvidas, lanchonetes, casa dos jovens, entrada da praia, e a sala do NESSOP. O local era sempre sugestão do entrevistado, ou por nós sugerido, quando não apresentada proposta.

Um roteiro (ver Apêndice) foi elaborado anteriormente na tentativa da entrevista ocorrer de forma mais aberta possível, para que o jovem descrevesse suas atividades naquele espaço, como percebe, e o significado de sua ação, bem como, a sua percepção sobre juventude e participação política em geral. Assim, haveria maior possibilidade de outros questionamentos no decorrer da conversa. Além de dispor de maior autonomia àquele sujeito expressar suas idéias a partir da realidade em que se insere e da atividade que desenvolve, e como a percebe. Podemos classificar as entrevistas como semi-estruturadas, já que propomos um roteiro, porém foi possibilitada a livre fala dos entrevistados, além da efetivação de mais perguntas, quando identificadas dúvidas ou “deixas” referente à pesquisa. Também, como destaca Richardson (2008), trata-se de uma entrevista guiada, na qual utilizamos alguns pontos principais para direcioná-la. Sendo o entrevistado livre para se expressar de acordo com os temas propostos, focados no guia.

Neste sentido, a duração das gravações das entrevistas – e isto também se refere ao caráter individual: timidez, ou objetividade, ou buscar a reflexão com o interlocutor, por exemplo – varia entre nove minutos e uma hora e quinze minutos. Todos os entrevistados aceitaram a gravação de suas falas, após enfatizarmos que a mesma não será divulgada, nem sua transcrição, ou seus dados pessoais. Usaremos apenas alguns trechos a fundamentar o

debate, referenciando do autor apenas o sexo, a idade, em que tipo de organização se insere, e o tipo de atividade desenvolvida.

A análise qualitativa do que conseguimos apreender das entrevistas, nos referenciando em Minayo (1994), seria efetuada pelas etapas de: ordenação dos dados, a partir da leitura das transcrições de todas as entrevistas; a classificação dos pontos mais relevantes, destacando a percepção dos sujeitos do tipo de ação desenvolvida, de como ocorre sua inserção naquele espaço, a sua participação, e como se configura a ele a política e a juventude. E, por último, a análise relacionando os discursos destacados dos jovens com as referências teóricas utilizadas anteriormente. Isto considerando também o contexto social, local e tipos de espaços em que os jovens estão inseridos.

2.2. RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS

Os espaços do associativismo comunitário – que comporta as Associações de Moradores, os Conselhos Comunitários, e demais Associações de caráter comunitário – foram os primeiros a serem acessados, através do NESSOP, que oportunizou os contatos disponibilizados pela UFECO. Além disso, tivemos contato com algumas delas através da divulgação por amigos e professores. Numa primeira aproximação, houve o contato telefônico com o representante de cada Associação, e após, o contato e o agendamento das entrevistas com os jovens membros. Estes locais de participação representam a comunidade local frente aos problemas e demandas apresentadas perante as instituições e poder estatal (como infraestrutura do bairro, dos aparelhos sociais) além de oferecer serviços de apoio, lazer, recreação e integração aos membros daquela localidade. As formas de participação dos jovens ali inseridos são diversas: como membros da diretoria, coordenação das atividades e grupos específicos, ou eventos realizados, colaboração e apoio nas atividades periódicas ou episódicas deste espaço.

Considerando-as também com uma inserção comunitária e local, buscamos as Associações de Surf, cujos dados foram encontrados no *site* da FECASURF. Tentamos

contatar cada uma delas, a partir do número telefônico e *e-mail* de cada representante. Porém, novamente o contato ficou prejudicado, pois alguns não eram mais representantes, ou a Associação estava sem atividades, quando não houve resposta aos *e-mails* ou telefonemas. Das Associações que conseguimos contato, apenas em uma encontramos sujeitos dentro da faixa-etária que determinamos num primeiro momento, e que de fato, apresentasse uma inserção na mesma. E somente um deles se disponibilizou espontaneamente a contribuir na nossa pesquisa. O trabalho desta Associação se refere à prática e valorização do Surf, na promoção de eventos, campeonatos para a população da praia, ou em geral, além de processos de valorização da praia, com eventos, requisição de melhorias, e lutas conjuntas com as demais entidades da comunidade em defesa do espaço local. O membro participante da pesquisa é um dos Diretores da entidade, que é composta também por outros jovens, com média de 22 anos. Ele efetua ações de planejamento e realização dos eventos promovidos pela Associação que ocorrem na praia.

Com o sujeito empreendedor do projeto social, tínhamos a lembrança de na nossa 4ª Fase da Graduação (em 2006/01), na disciplina DSS 5166 – Processos de Trabalho em Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos, da aproximação da Associação que abrigava o início deste projeto. Os contatos com a jovem foram efetivados via *e-mail*: a negociação, o envio do roteiro de entrevista, e as respostas às nossas perguntas. Trata-se de um projeto oferecido a crianças e adolescentes da sua localidade, com atividades entre educação, arte, assistência social e saúde – definidos como encaminhamentos das famílias que solicitam algum tipo de auxílio – meio ambiente, recreação. Há também o trabalho de busca de parcerias. Assim, afirmamos haver protagonismo, sendo o projeto e as ações desenvolvidas de iniciativa desta jovem, e desde o início são coordenadas e executadas por ela com auxílio de mais outros nove jovens que efetuem as atividades dos grupos participantes do projeto, havendo apenas uma pessoa adulta.

Os sujeitos do programa estatal – que contam com um suporte de infra-estrutura institucional de uma ONG, mas se configura como um grupo autônomo – foram encontrados através da sugestão de amigos, sendo que um deles trabalha naquele espaço. O grupo com o qual conversamos é somente um dos vários grupos de jovens lá inseridos e que desenvolvem atividades diferenciadas, em diferentes temáticas. Inicialmente, contatamos via *e-mail* a

Coordenadora Pedagógica dos programas desenvolvidos com os jovens, e posteriormente o contato telefônico com uma das Coordenadoras do grupo, que sugeriu uma data de atividades para nossa entrevista. O grupo de cinco jovens trabalha na parte de eventos: no planejamento, busca de parcerias, e realização de eventos abertos ao público em geral, e que envolvam os demais grupos temáticos deste programa. Com o objetivo da promoção, divulgação das ações desenvolvidas no programa, de integração dos membros dos grupos, e despertando o interesse de participação em outros jovens, além de processos de valorização da cultura e espaço locais, na dedicação de emancipação da juventude. Através desta aproximação, do diálogo, para então culminar em debates das demandas locais, principalmente as que são identificadas referentes aos jovens.

2.3. PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES DOS JOVENS PESQUISADOS ACERCA DA SUA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS LOCAIS

A população jovem – aqueles que são considerados jovens, por pertencerem ao grupo etário entre 15 e 24 anos – no Brasil tem um total aproximado de 34 milhões, segundo dados do IBGE de 2000. No estado de Santa Catarina, uma população jovem estimada em um milhão e 14 mil, e no município de Florianópolis, aproximadamente, 69.989 jovens (IBGE, 2000). Dentro de um espaço territorial que comporta tanta diversidade, certamente, diferentes juventudes existem. E isto também referente às expressões, movimentos, ou espaços de participação política na capital. São perceptíveis, ao menos nos últimos anos, como maior espaço de participação dos jovens, os movimentos episódicos. Antes de ocorrerem – contando com um grande público jovem – são organizados, articulados por membros também jovens de movimentos sociais em geral, ou movimentos potencializados por este público.

Apesar de serem estes movimentos os que trazem maior visibilidade a atuação juvenil na capital do estado, neste trabalho, nos dedicamos a entender melhor esta atuação em espaços institucionalizados, de caráter local e comunitário. Participação de jovens que atuam nas suas bases, que nem sempre são reconhecidos, ou não se reconhecem importantes naquele espaço.

Através de relatos e observação, tentamos revelar esses fazeres, em forma de descrição e análise expressas através de falas significativas. Assim apresentaremos o panorama apreendido na pesquisa de campo.

Nessa busca, começamos indagando sobre a importância da participação, como ela se configura naqueles espaços. Observamos que a atuação se mostra secundária em alguns espaços, ou seja, o contrário do protagonismo desses sujeitos. Alguns executam, e suas iniciativas ou propósitos não estão impressas nestas atividades. Elas ocorrem no trabalho específico em organização de atividades, ou eventos que a entidade promova. Como nos dizem estes participantes:

Assim, diretamente na Associação a gente não faz muita coisa. Geralmente a gente faz um jantar... A gente sempre propõe fazer alguma coisa. Dia das crianças a gente distribui brinquedos, balas, doces... [...] Eu não faço parte da Associação, da chapa da Associação. Mas sempre quando tem alguma coisa, a gente procura participar, como procura ajudar. [...] É, às vezes eu fico no caixa, organizo um pouco. Quando não dá tempo, daí eles me enfiam em qualquer lugar ali. Mas eu tô sempre participando. Ou servindo, ou no caixa mesmo. Como eu já trabalhei com caixa eu já tenho mais habilidade com este tipo de trabalho. Aí eles me enfiam lá no caixa. (Mulher, 19 anos, participante de Associação de Moradores)

[...] Quando tem festa, alguma coisa ali do condomínio, ou até mesmo da própria Igreja, eu fico responsável pela parte de som. Levo o meu computador, enfim. Aí, quando tem Festa Junina, bingo, a gente fica responsável de... Ah, tipo ensacar amendoim, ou vender cartelas. Vender, no caso, quentão, em Festas Juninas. Enfim, é só isso que a gente faz assim. Só que, do nosso aqui é de voluntários. [...] Mas a gente... É muito ligado ali. A gente faz muito serviço pra aquilo ali. Entendeu? [...] Nos eventos. Precisou... Sei lá, carregar uma mesa. Enfim, a gente tá ali pra ajudar. Dar uma força mesmo. (Homem, 17 anos, participante de Associação de Moradores)

Apesar de estes jovens expressarem certo comprometimento com a entidade (as Associações de bairro) e com a comunidade, como voluntários ou colaboradores, suas atividades e sua participação têm o significado a alguns deles como auxílio, ajuda naquele espaço. Não há reconhecimento de uma possível ação política e uma noção de potencialidade juvenil, pelo contrário, esta última parece diminuída.

Alguns dos membros entrevistados pertencentes ao associativismo de bairro, não revelam interesse na ascensão na hierarquia dentro deste espaço de participação, no sentido de adquirirem novas e maiores responsabilidades neste espaço institucional. Apenas limitam sua

ação ao que realizam desde sua inserção, apesar de considerá-la de grande valia ao auxílio na superação de alguns problemas no espaço local. Há, de certa forma, o desprendimento a ordem vigente, à medida que não há anseios futuros de progresso como agentes, concentram-se nas atividades presentes, em curto prazo. Esta atuação, de certa forma, também lhes traz uma satisfação pessoal. Ou seja, a questão subjetiva se materializa com frequência quando da identidade com a comunidade, e da identificação de seu comprometimento como uma necessidade para auxiliá-la na resolução dos seus problemas. Implica diretamente em atender a comunidade, mas atender-se também em suas identidades, identidade juvenil, identidade da geração atual e não às próximas, e necessidade de se identificar, criar referências com a comunidade, apesar de não o reconhecerem.

Isto é possível perceber em espaços institucionalizados que são, em sua maioria, comandados por adultos. Assim, nas entidades de caráter comunitário, muitas vezes não se oportuniza a participação efetiva do jovem na perspectiva do reconhecimento da potencialidade juvenil, através das suas iniciativas, valorizando suas idéias e percepções, próprias desta geração. Em alguns destes espaços, porém não há interesse dos jovens nesta inserção mais efetiva. As ações se limitam ao apoio às atividades administrativas, ou eventos realizados. Ou seja, em alguns locais não há uma atuação do jovem constante e efetiva diante das demandas daquele espaço, mas em outros, os denominados colaboradores – como exemplo de uma jovem participante de Conselho Comunitário – podem atuar na observação dentro das discussões do grupo, fazendo sugestões quando pensam ser necessário, além da realização de apoio nos eventos. Há o entendimento de que com esta observação, atualmente ocorre o aprendizado das atividades, trâmites e posicionamentos, para no futuro, passar a apresentar uma atuação mais efetiva, dando continuidade ao trabalho dos pais.

Outros jovens assumem funções formalizadas, como membros de uma diretoria de Associação, por exemplo. Neste sentido, a sua ação se torna mais efetiva, e as responsabilidades dentro da hierarquia institucional são maiores. Mesmo quando dentro da organização, as funções não estejam bem definidas, e sejam divididas entre todos os membros – às vezes, por falta de pessoal – mas há a formalização dos cargos. Quando a sua participação ocorre desta forma, a possibilidade de sucesso e convencimento dos demais membros quanto à sua percepção das coisas se torna maior. Ocorre a oportunização, crédito às idéias e atividades

potencializadas pelos jovens. A potência das ações juvenis é mais aproveitada dessa forma e reconhecida como contribuinte às atividades e sua melhora no grupo. Isto também no que se refere aos interesses dos jovens, em geral, que de certa forma, se faz representar na atuação daquele membro. O que pode ser benéfico, porém se não houver compreensão do jovem em seu papel, possibilita a legitimação da lógica adultocêntrica, não autêntica do jovem, o que ocorre com frequência, mas sem prejudicá-lo, tornando-se um ambiente para compartilhar suas moratórias. Acontece neste cenário o que Mannheim já afirmava: a juventude é uma potencialidade a ser direcionada, pois está isenta de qualquer projeto, tanto progressista como reacionária, dependendo do movimento que a acolher (MANNHEIM, 1976). Por se tratarem de espaços comunitários, com projetos e princípios bem traçados, objetivando primeiramente o benefício comum local, esta utilização da potencialidade juvenil pode ser considerada positiva.

Algo que vem ao encontro desta atuação, é a possibilidade – e necessidade – da visibilidade do espaço local, da comunidade, como um protagonismo da comunidade. No sentido da valorização dentro e fora dela. A atuação do grupo possibilita a criação da identidade dentro dele, e com sua comunidade. Sobretudo de oportunizar a visibilidade às suas expressões políticas e culturais – que se complementam – e de outros grupos locais, em outros espaços, nos quais também possam dialogar com outros movimentos, sujeitos, e com o poder público, com o objetivo de aquisição de parcerias para efetivação de suas atividades e propósitos. Em geral, a identidade local, é algo compartilhado por todos os jovens que conversamos. Configura-se numa defesa, apresentada como ajuda comunitária, mas conforme Groppo (2000), expressa uma necessidade de identidade dos jovens com eles mesmos, com a comunidade, e lugar em que vivem. Torna-se uma afirmação subjetiva no trabalho coletivo, contrapondo-se às primeiras socializações ocorridas na família, escola, e comunidade. Por isso, identificada a necessidade de sua participação:

É, eu espero ajudar a comunidade... Que a minha intenção é continuar ali... [...] Aí pra isso, pra poder continuar no bairro eu participo da Associação. (Mulher, 17 anos, participante de Associação Comunitária)

Pra mim, é um trabalho muito gratificante. Eu gosto de trabalhar em prol da minha comunidade. Eu me criei... Nasci e me criei aqui. Desde a minha infância, eu via que a gente tinha certos problemas. [...] Então eu cresci com esses problemas na comunidade “falta isso, falta aquilo”, e a gente sempre lutando, batalhando. [...] Então, eu digo que quando eu entrei na Associação, eu entrei nessa questão de querer entrar pra somar. Pra gente poder fazer um trabalho legal, bacana. Pra gente poder conseguir conquistar aquilo que eu não tive, mas a minha filha pode ter, meus netos.

Por que eu pretendo daqui não sair. Por que eu gosto muito desse bairro. (Homem, 23 anos, participante de Associação de Moradores)

A inserção em outros movimentos políticos, principalmente os esporádicos de grande expressão, provocou a participação mais efetiva dos jovens entrevistados, bem como a inserção e formação de espaços. As atividades de caráter continuado, desenvolvido nesses “novos” espaços (como o grupo do programa estatal), objetiva, como percebemos, contribuir na inserção de mais jovens, entendendo a proposta como mais uma alternativa de potencializar suas energias a algo construtivo, contribuindo na melhoria local. E também, mas em segundo plano, formar grupos que tenham posicionamentos politicamente críticos a sociedade – apesar de muitos não o perceberem – e que se esforcem para expressar isto nas suas ações cotidianas. A percepção, ação política em outros espaços possibilita a identificação com a participação local. O inverso também é percebido: a partir da participação local, se desperta o interesse em problemas mais globais, ou reivindicações paralelas às tratadas especificamente naquele espaço.

O programa estatal tem um caráter definido pelos participantes, de inclusão social. Assim entendida pelo movimento de inserção dos jovens moradores das periferias em grupos que apresentam caráter de cooperativa que, dialogando com educadores, formulam suas ações referentes a diferentes setores. Isso representa o aprimoramento das suas habilidades, com o foco naquelas ações, mas que possibilitam ensinamentos, difusão de valores que serão incorporados e exercidos fora daquele espaço e, principalmente quando findar o período desta participação.

É possível perceber este tipo de ação nos vários programas estatais, principalmente os federais, descentralizados, muitas vezes executados por parceiros como ONG's. Eles apresentam um caráter de cobertura emergencial, porém identificadas as necessidades de manutenção local, e a partir da idéia mesma de autonomia e emancipação dos sujeitos – que direcionam, ao menos formalmente, as políticas sociais brasileiras – se oportunizam espaços para que ocorram processos de geração de renda ou cooperativismo, e demais processos de aprendizagem, o que, algumas vezes, respeita as peculiaridades locais.

O início da participação de muitos destes jovens também ocorre por incentivo da inserção, e no acompanhamento dos pais em diferentes movimentos locais, ou naquele mesmo espaço. Primeiramente, na tentativa de auxiliarem, ou de sua participação ser proveitosa de alguma forma. Como exemplificado por estes jovens:

[...] Eu sou bem metida, bem metida com as coisas. Sempre ligada com as histórias do bairro. [...] Bastante tempo eu vinha acompanhado a história do Plano Diretor [...]. O que que ia acontecer, acompanhava os seminários e reuniões. [...] Festivais de cultura, alguma coisa pra se fazer. [...] É, já tinha uma coisa assim meio de família. [...] É, já tinha isso de participar de um movimento social, de curiosidade, ou de poder fazer alguma coisa... [...] Eu acho que é uma coisa [...] do bairro, de se organizar e fazer as coisas. Então, não é por que aquelas pessoas que tão lá todo sábado fazendo as coisas, que é tudo super organizado, que tem reuniões, que as pessoas sempre se encontram. Não. As pessoas ficam sem se ver, se surge alguma coisa pra fazer... Ou se deu uma bomba “E agora o que vai acontecer?”. É muito rápido essa coisa de comunicar. Acho que por causa de todo o processo do Plano Diretor, de tudo isso, as pessoas souberam lidar muito bem e se organizar. Então, fazer jornalzinho, dá pra gente fazer um jornalzinho e espalhar, ou pegava, gravava, passava um carro de som e fazia sabe... [...] Num sábado à tarde se reunia na escola pra discutir alguma coisa. [...] É, eu vejo em outros lugares as coisas acontecem, mas não vejo que com essa dinâmica tão forte, tão rápido. Por mais que as pessoas tenham divergências, tenham algumas discordâncias, elas... Todo mundo se encontra ali naquelas horas em que as coisas acontecem. (Mulher, 22 anos, participante de Associação Comunitária)

Eu sempre fui assim nos rolos, assim muito metido com as coisas, né? Querer fazer, tentar fazer. Se não conseguir, tentar, faz de novo até, de repente, acertar. Aí o seguinte: meu pai... O Presidente e o Vice-Presidente da Associação, eles são amigos antigos do meu pai, do meu pai e da minha mãe. E aí a gente veio morar do Centro, pra cá, eles também vieram. Então, aconteceu tipo assim, tem muita, uma amizade entre eles. Aí quando o Presidente, o Vice-Presidente assumiram aí, pra começar a fazer alguma coisa pela Associação em si, e não pelo condomínio como eu te falei, eles convidaram meu pai, pela amizade, achando que ele poderia dar uma ajuda, e de fato, pode, né? Aí enfim, foi o meu pai lá. “Ah, então eu vou lá também, não tenho nada pra fazer em casa”. Então por ser um pouco metido, como te falei, eu ia pra lá pra ajudar, pra fazer também. (Homem, 17 anos, participante de Associação de Moradores)

Em outros casos, a participação destes jovens influencia os familiares e amigos a se interessarem nesta discussão e participação. Por este fator, identificamos novamente que a subjetividade é decisiva na participação dos sujeitos nos espaços. Além do interesse pela causa, ou temática, a relação mantida com os familiares, ou demais membros da comunidade, incentiva o empenho no seu trabalho também pela melhoria local, e por estas pessoas.

Também a identificação das demandas locais, durante a infância e adolescência, e acompanhamento dos eventos, atividades e enfrentamentos que a entidade já desenvolveu,

motivam identidades participativas. Então, se identifica uma cultura política acumulada naquele local, e que se torna referência nas ações realizadas nos espaços de participação. O que lhes despertou o interesse e a percepção de que sua contribuição naquele espaço poderia auxiliar de alguma forma na localidade, com o objetivo maior do benefício comum:

Primeiro meu pai, que sempre se dedicou a trabalhos comunitários; segundo a falta de interesse da sociedade e do governo a oferecer algo às crianças, que fosse além da educação escolar, inclusive no que tange a valorizar a vida de cada criança, suas individualidades e necessidades. (Mulher, 22 anos, coordenadora de Projeto Social)

Assim, alguns jovens já estão participando, ou observando estes espaços há mais tempo, o que ocupou grande parte de sua adolescência e os despertou mais precocemente o interesse nas discussões dos problemas locais, e/ou da percepção da política em geral. Alguns jovens entrevistados, porém, apresentam participação num período menor que um ou dois anos.

Há percepção de que os espaços locais em que participam são meios de levantamento das demandas e denúncias dos problemas enfrentados, bem como um espaço de comunicação e divulgação deles, ou de eventos e da cultura local. Deste levantamento enquanto grupo, e sua exposição à população daquela localidade, ocorre a tentativa de alertar quanto aos problemas locais, às possibilidades e entraves à sua resolução. O que é próprio do associativismo local: a solicitação da atenção institucional nas mobilizações, inicialmente se referindo à infraestrutura, e na busca da melhoria da qualidade de vida local.

É preciso salientar que a atuação nestes espaços se faz de forma voluntária, no sentido de não se receber nenhum tipo de remuneração, ou gratificação financeira. Exceto em um deles, que por se tratar de um programa estatal – também desenvolve formação profissional paralela – os jovens pesquisados recebem subvenção, um tipo de bolsa. Isto poderia condicionar sua continuidade no grupo.

A grande maioria dos entrevistados expressou possuir outra ocupação além da atuação naquele espaço, muitos deles como estudantes. Neste sentido, pode-se relacionar com a moratória social sugerida por Margulis e Urresti (2000), quando estes jovens possuem um suporte do núcleo familiar para suprir minimamente suas necessidades financeiras, e não são os principais provedores do seu espaço familiar. Porém, apesar de realizarem somente uma

atividade paralela, ainda assim, ao se dedicarem às atividades nos espaços públicos, ela não ocorre de forma integral, o que poderia prejudicar tanto os seus compromissos profissionais ou acadêmicos, e este, por sua vez, a atuação efetiva nos espaços que se propôs a participar. Na vida cotidiana, então é necessário a eles conciliar suas funções, atividades e responsabilidades assumidas nos espaços em que se inserem. Como aos adultos mais velhos, que conciliam mais responsabilidades nos diferentes espaços cotidianos: trabalho, estudo, família, etc. O que é reconhecido pelos jovens participantes, e entendido como – apesar da experiência que estes membros possuem – algo que acaba por viciar, no sentido de ser repetitivo, as ações. Na análise deles, isso se dá pela falta de tempo, mas também pode estar imbricado nos fazeres gerais, onde cada um já apresenta sua função determinada.

No que se refere ao entendimento quanto à participação política em geral, bem como na consideração de sua ação como política, em alguns espaços, como Associações de Moradores, a percepção de política é estritamente tida com o movimento partidário, ou representativo. Do qual não participam, se restringindo ao exercício cidadão de votar e de acompanhamento das ações. Não há, num primeiro momento, a percepção de que suas ações naqueles espaços sejam movimentos políticos. A política é percebida como algo distante de seu cotidiano, exercida somente pelo poder estatal, ou para poder alcançá-lo, quando se refere aos partidos políticos. A fala de um dos jovens sobre se sua participação se mostra política é um dos exemplos:

Acho que não. Porque não tem nada a ver com política, a gente tá aqui e eles tão lá distantes... Eles nem sabem que nós tamos aqui... Acho que não tem nada a ver com política, eu acho. [...] Só se tivesse algum poder que... Mas não é nesse sentido, então acho que não tem a ver não. Alguma coisa deve ter a ver, mas eu não sei explicar... (Homem, 18 anos, participante de Associação de Moradores)

Há também, a relação à idéia negativa – mas que alguns, consideram positiva ou necessária – referente à política como um meio de favorecimento, ou troca de favores e interesses. A identificação de algumas relações clientelistas, ou outros acontecimentos na sua localidade causam certa resistência à idéia de política, que se reproduz num primeiro momento:

Ah, eu tenho comigo, que eu sou incrédulo dessa parte de política, por que a parte que eles olham pra comunidade desfavorecida é só na época de eleição. E isso, na minha opinião, não deveria ser feito, entendeu? Eu sou um cara assim, que critico bastante a política, por que a época que muitas pessoas da comunidade mata a fome ou finge que é alegre, é nessa época de segurar a bandeira pros cara que vão roubar nós mais quatro anos, alguma coisa assim. Eu tenho uma revolta comigo dentro

disso, por causa desse assunto. Prefiro nem comentar sobre essas partes assim. (Homem, 22 anos, participante de Programa Estatal)

Por que assim, eles meio que usam muito o povo, entende? Por que se eles usassem o povo e montassem algumas... Tipo assim, se eles montasse um projeto em cada comunidade. Ou lá em São Jose, ou em Florianópolis, entende? Não. Eles é só papo, entende? Então, o povo meio que assim... Eles dão um voto, dão uma cesta básica, alguma coisa, pra fazer o povo acreditar. O modo deles fazer o povo acreditar neles é fazendo isso aí. Entende? Então, eu acho que assim, eles não deveriam dar o peixe, eles deveriam fazer o povo pescar. Entende? (Homem, 19 anos, participante de Programa Estatal)

A princípio, a maioria dos jovens não considera a política num sentido mais amplo, inserida no seu cotidiano. Apresentam expectativa por mudanças, há uma certeza que elas só são possíveis através de ações coletivas, no entanto o modelo partidário, ou as instâncias legislativas não são suficientes para tal. Este descrédito que leva à negação da ação deles como política, sendo que ela é. A ação desenvolvida no seu espaço, pela sua localidade, inicialmente, no fortalecimento da política no espaço local contribuem neste processo de reversão. E da consciência que se deve ter maior participação em outros espaços, efetivando o diálogo com outros movimentos e instâncias, para que as suas demandas e seus interesses – bem como, de outros jovens – sejam representadas e consideradas, possibilitando suas resoluções.

Por outro lado, eles buscam um relacionamento com os membros das instâncias legislativas municipais, de forma a negociar, ou cobrar soluções aos problemas da sua localidade, isso é nitidamente reconhecido por eles como participação política:

[...] Participação política é aquela participação que a gente acaba tendo que ter. É obrigado a ter, por que hoje tudo incide na política. Mas, dentro da Associação, a gente não tem nenhum vínculo partidário algum. É muito importante o trabalho dos políticos, que nos ajudam a fazer as coisas, pra ter recurso e tal. Mas dentro da Associação a gente não tem como promover ninguém. [...] Mas eu acho que é importantíssimo política, por que tudo que a gente consegue aí, é graças a eles. Se a gente precisa de um calçamento na rua... [...] Às vezes, manda, demora... [...] Aí tem que passar pelo gabinete do vereador, que daí na mesma hora a gente é atendido. [...] Tanto é que neste meio, eu fiquei conhecendo todos os vereadores da Câmara, eu entro em qualquer gabinete lá dentro. Por que a gente acaba tendo o contato direto. [...] Mas na hora de ligar e fazer a cobrança. Aí a gente vê... Nós somos líderes comunitários. A gente é líder comunitário. Então as pessoas sabem com quem eles tão lidando. Elas sabem que eu não sou qualquer um morador. Elas sabem que ali dentro da Associação, eu tenho um cargo, eu tô representando o bairro. [...] Valorizado, por que não é qualquer... O tratamento é outro, na realidade. (Homem, 23 anos, participante de Associação de Moradores)

Bom, participação política eu acho que é isso que aconteceu aqui, que tu acabou de ver. O deputado X vir aqui, conversar com o pessoal, dar o apoio com relação à construção do palanque aí, que a gente tá reivindicando ali. O candidato a vereador... Participação política é o político realmente interagir e efetivar com os problemas da comunidade. É isso que é participação política. Não é simplesmente ele se eleger e ficar trancado no gabinete lá resolvendo outros problemas. Tem que tá efetivo na rua, e resolvendo os problemas que a comunidade tem. Não só a Associação de Surf X, mas outros. Tem a Associação dos Pescadores aqui com vários problemas. É a resolução dos problemas pra uma melhor... Um melhor andamento de tudo. (Homem, 24 anos, participante de Associação de Surf)

O fato de ser membro, fazer parte de uma diretoria de Associação de Moradores, por exemplo, representa certa autoridade, um poder local não só quanto à legitimidade na comunidade, mas na negociação e cobrança quando na esfera pública, referente às garantias àquele espaço local. O que ocorre também, quanto à fiscalização do poder estatal, na efetivação das suas ações, bem como estes espaços serem meios de veiculação das reivindicações e denúncias da população neste sentido. Conforme salienta uma jovem:

Por que a gente diz “Não. Vamo ouvir. Vamos fazer o seguinte: vamos trazer as pessoas”. E isso acaba sendo uma participação política, em relação àquilo. Principalmente, em relação à cidade. Como fiscalizando o poder público, é meio o que a gente faz assim, o Executivo “O que que tá fazendo?”, o Legislativo... Então a gente acaba na fiscalização, e tem uma atuação. Por que a gente tá se posicionando. Eu acredito que a todo momento, em tudo que a gente faz na vida, a gente tá se posicionando. (Mulher, 22 anos, participante de Associação Comunitária)

Ocorre em alguns espaços do associativismo comunitário a percepção de que a participação política é cotidiana, em qualquer ação exercida na sociedade. No sentido de contribuir nas melhorias locais, também através das trocas culturais, e de conhecimentos. Quando compartilhados, possibilitam uma construção gradativa da emancipação e autonomia daquela população:

[...] Não tem nada a ver com influenciar, eu acredito assim, a cabeça do pessoal aí, da comunidade em si. Mas é uma troca assim. Política tá em todo lugar aí. [...] Não é só em época de eleição. E a gente tenta contribuir com o conhecimento básico que a gente tem. A gente gosta da cultura, a gente abraça esses fundamentos. Então a gente tenta fazer esta troca, não também ficar olhando pro nosso umbigo. A gente tenta abrir a cabeça, e entender um pouco mais as coisas aí. E trocar isso com a comunidade. (Homem, 23 anos, participante de Associação Comunitária)

Na verdade, política é tudo o que envolve a comunidade. Enfim é tudo que... Tu topa fazer de bom, de melhoria. Política não é só na época de eleição, tu ir lá e votar. É participar de tudo, tem que saber de tudo o que acontece na comunidade, enfim. E no país, de modo geral. Mas... Eu sou bem assim, não gosto muito de política, vou te ser bem sincera, não gosto muito de política não. Esse ano a eleição, eu tô... Eu vi acho

que uma vez, ou duas. E... Não consigo. Até debate mesmo, não consigo ver muito debate, não. (Mulher, 19 anos, participante de Associação de Moradores)

Participação política pra mim é poder realizar, poder fazer a mudança, poder fazer alguma diferença. Isso pra mim é participação política. É poder atuar, e ajudando quem eu realmente era, quem eu realmente tenho como família. Que a comunidade é como se fosse a minha família, que eu sempre tenho que tá ajudando e protegendo. [...] Bom, pelo fato de eu querer ajudar o outro próximo, eu acho que já é um ato político. Eu penso assim. (Mulher, 16 anos, participante de Conselho Comunitário)

O conhecimento real dos fatos – locais, ou não – e o posicionamento assumido por um grupo (no caso, dos participantes daqueles espaços), em como eles serão postos ao conhecimento da população também seria uma forma de participação política. Seria o compromisso com o real sentido dos acontecimentos, ou a aproximação das variadas versões de um conflito, de forma a possibilitar que a população apresente suas próprias conclusões. Outras formas de posicionamento, como a identidade e fortalecimento da cultura local, bem como a maior atenção aos problemas locais, questionando o que nos é imposto e incorporado no cotidiano. A própria “neutralidade” perante os fatos seria um posicionamento político. Mas expressar as opiniões é relevante e motivado em poucos espaços, como algumas organizações do associativismo comunitário, o projeto social e o grupo do programa estatal, e também tido como uma ação política pois se presta a criticar a globalização, a defender a não-exploração, como sinaliza esta jovem:

Dentro disso que tu quer divulgar, daquilo que tu caracteriza como cultura. O que deve ser reproduzido. Tem um pouco isso, o que as pessoas devem ouvir, o que que elas devem reproduzir. E querendo ou não, indiretamente no final tu vai tá criando um tipo de pessoa, formando. [...] Será que tu vai ter que comprar aquilo que é estrangeiro, aquilo que é de fora, sempre? Tu liga o rádio: é isso. Tu se alimenta num lugar: é isso. O produto que tu compra no supermercado é de tal forma. Então tem um pouco isso, abrir um leque de outras coisas pra fazer. E eu acho que tudo isso é político. (Mulher, 22 anos, participante de Associação Comunitária)

Defendem-se possibilidades através de ações na definição participação política:

Acredito que participação política seja toda e qualquer ação que temos como sujeitos sociais. [...] Compreendo que como sujeitos históricos, mesmo que optemos por aceitar o mundo como ele está, nossa participação existe, de modo indiferente ou imparcial, visto que nossas ações sempre são carregadas de subjetividades que mudam ou perpetuam a sociedade na qual estamos inseridos. (Mulher, 22 anos, coordenadora de Projeto Social)

Alguns dos nossos sujeitos tiveram a sua inserção no intuito de difundir outros movimentos dos quais já faziam parte, a exemplo do *Hip Hop*⁹. Assim, atuam nesses espaços duplamente: vivendo a cultura *Hip Hop* em todas as suas expressões, difundindo-as no espaço local. Além de, como esta mesma cultura prevê, o interesse em trabalhar na sua comunidade, na valorização local, na percepção dos problemas locais e na tentativa e constante reivindicação do alcance de suas resoluções. Como exposto:

Essa que era a maior intenção mesmo. De poder tá mostrando às outras pessoas o que a gente já conhece há tempo. E também poder distribuir a cultura pra todo mundo, [...]. Essa é a maior intenção. Mas a motivação maior foi essa. E o projeto também, né? A gente viu que a molecada se identificava bastante com o projeto lá. (Homem, 24 anos, participante de Associação Comunitária)

[...] É que eu sou um dos representantes da comunidade dentro da cultura *Hip Hop*. Eu canto *rap*. E tenho comigo muitos propósitos, nas quais a gente tenta quebrar. [...] E dentro da comunidade, tem o grupo X também, que tem o propósito de quebrar essa barreira que é imposta pra nós. E a gente tem esses negócio de fazer a integração... [...] E a gente procura ter dentro da comunidade não o pensamento de desvalorização que é imposto na rede televisiva, e sim dos nossos valores que ainda não devem tá perdidos. Essa parte de eventos, a gente faz uma integração dentro das comunidades, tipo... Meio que apaziguando, meio que baixando a poeira. [...] Temos os nossos valores e procuramos mostrar isso dentro [...] do nosso grupo de eventos. Pelo menos, a minha concepção dentro disso... (Homem, 22 anos, participante de Programa Estatal)

A diversidade expressa num mesmo espaço, que comporta as diferenças entre jovens e adultos mais velhos, e da consideração das diferentes juventudes, é presente nos quatro tipos de espaços dos jovens pesquisados, mas não em todos locais. Ela é reconhecida e respeitada como contribuinte e demonstra o caráter de comunidade mesmo que é composto por diferentes pessoas, de diferentes origens, de diferentes atitudes frente a uma situação ou problema. No sentido de considerar os diferentes sujeitos ali inseridos, suas diferentes opiniões, e possíveis divergências, que quando expressas, se possibilita argumentar e alcançar consensos quando necessário. O que também é entendido como oportunidade de evolução no e do grupo, à

⁹ O *Hip Hop* trata, nos referenciando em Sousa (2002), de um movimento cultural, difundido no Brasil com maior intensidade a partir dos anos 80. Atua apoiado em seus cinco elementos – o MC (mestre de cerimônia), o DJ (*disc jockey*), o *rap* (ritmo e poesia), o *break* (dança), e o grafite (desenho e pintura) – expressando além da cultura, um movimento político através de uma politização, e formação que desenvolvem os princípios como a valorização da periferia, da sua comunidade. Neste sentido, também se configura como um movimento social, dimensionado em redes regionais, congregadas em amplos espaços de discussão em nível nacional e mundial.

medida que as discussões quanto às demandas se maturam enquanto formação e exercício de uma nova cultura política. Assim, as discussões trazidas de outros espaços somam a percepção de outras demandas, diferentes das que se atua normalmente, ampliando a abrangência das ações, tornando-as mais efetivas.

Referente à participação e protagonismo juvenil, muitos jovens destacaram a questão da falta de experiência como um dos diferenciais da ação dos mais adultos:

Sim, eu dou a minha opinião. Não é uma opinião que vale como a dos outros, mas é só um toque, um detalhe, que às vezes, eles esquecem. Mas eu acho que é respeitado assim. [...] Por que eu não tenho experiência ainda como a deles. Então eu observo, tento tirar algumas coisas, absorvo o que é melhor pra mim, e tento dar a minha opinião. Mas não vale tanto como a dos outros, por que eu não tenho a experiência. (Mulher, 16 anos, participante de Conselho Comunitário)

O que caracterizaria um agravante quando adultos e jovens se inserem num mesmo espaço, gerando conflitos. Porém, a questão da moratória vital, e do próprio período de amadurecimento, possibilita que os jovens se arrisquem mais em suas ações, o que não é percebido nas ações dos mais velhos, que se entende apresentar maior realismo, e talvez atrelado a isso, o comodismo. A utopia dos movimentos juvenis dos anos 60/70 seria reinventada (Sousa, 1999), por exemplo, quando as motivações dos jovens que atuam nos espaços públicos atualmente transitam entre valores cidadãos, ampliação dos espaços de participação a todos, intolerância às injustiças sociais, entre outros.

No entendimento dos nossos entrevistados, os jovens possuem uma motivação ao que é novo, necessitam aprender – e errar – praticando. Além de fatores como criatividade, atitude, ousadia que contribuem nas discussões e soluções dos problemas. Sendo esta insistência, resistências e enfrentamentos que possibilitam o alcance de muitos objetivos de um movimento. Expresso no entendimento de alguns entrevistados:

[...] Ser jovem é ter atitude sempre inovadoras assim... Não é só a idade cronológica da pessoa que vai definir a juventude, ou não. Mas é o jeito de agir, é o jeito de buscar as coisas, né? É não se entregar digamos pro sistema. É sempre estar se questionando. E sempre procurar um “por quê”. Às vezes tu pode sair pra rua, pra reivindicar alguma coisa. E, geralmente, tu não vai ver um senhor fazendo este tipo de coisa, né? Ser jovem é revolucionar. É isso aí. (Homem, 23 anos, participante de Associação Comunitária)

[...] O jovem tem o pensamento mais novo, né? Mais motivação, assim. Os mais adultos, muitas vezes, ficam só naquela idéia, não aceitam outras idéias. Eu acho que

a questão de diferir assim, acho que os mais adultos teriam de escutar mais os jovens, pra, de repente, poder melhorar com as idéias deles. É mais a questão de idéia, de eu ter uma idéia melhor do que a dele. O jovem tem uma idéia mais nova. Entendeu? (Homem, 17 anos, participante de Associação de Moradores)

Eu acho que a juventude é a diferença, é o que vai fazer a diferença. Por mais que seja pelo *Rock'n Roll*, pelo *Jazz*, pelo *Hip Hop*, mas é o que vai fazer a diferença. E é o que vai transformar, melhorar o mundo do que já tem até agora. Eu acho que a juventude deveria, pelo menos, exercer esse papel. [...] Mas, desde que tenha, tentando fazer o bem. Tentando fazer uma coisa boa, útil. [...] Por que se tu tiver atitude e tentar fazer alguma coisa diferente, é uma característica do jovem: ser criativo e ter atitude. Não ter medo das coisas, e querer enfrentar sem medo. Eu acho que esse é um dos diferenciais. (Mulher, 16 anos, participante de Conselho Comunitário)

E por estar se inserindo na vida social gradativamente, o jovem potencialmente é o questionador do sistema vigente, e das contradições postas na sociedade, e por isso age, se manifesta, se contrapõe. Muitas vezes, quando potencializada sua energia à ação de forma mais intensa, suas expressões podem ultrapassar certos “limites”, ou padrões, e por isso seriam marginalizadas. Isto, de certa forma é incorporado nas opiniões de alguns jovens, de como os mais velhos os percebem naquele movimento. Muitas vezes, entendem que lhes atribuem desprezo, discriminação das ações, percebidas em algumas experiências:

Eu acho que tem um pouco de preconceito sobre o jovem. Mais numa visão de uma pessoa mais velha. Por que o jovem tem a idéia de revolucionar, de querer mudar, de querer fazer alguma coisa. Os adultos já são mais acomodados com isso. (Mulher, 17 anos, participante de Associação Comunitária)

Ou, em outros espaços, percebem a legitimidade da comunidade por suas ações:

[...] Não só a Associação, mas como os integrantes da Associação tem um certo prestígio, e um certo respeito. [...] Como é uma Associação mais antiga, um pessoal mais antigo que sempre surfou, e umas pessoas que têm um respeito muito grande na ilha. Então, referente à atuação também tem um respeito. Não só aqui [...] mas como nas outras praias também. [...] Se a gente vai na FECASURF, conversar com o pessoal da FECASURF, tem um certo respeito. Eu particularmente também, [...]. Esse respeito vem das coisas da Associação. (Homem, 24 anos, participante de Associação de Surf)

A idéia de acomodação, por sua vez, é atribuída ao movimento potencializado pelos mais velhos. Há o entendimento que isso ocorre pelas responsabilidades que os adultos assumem (família, trabalho, etc.) o que também limita a sua disponibilidade na participação

naquele espaço. Apesar de se tratar, na maioria, exatamente de espaços potencializados por adultos mais velhos que os jovens com os quais conversamos.

O fato de muitos adultos não se atualizarem, no que se refere também à tecnologia, ao que lhes é diferente no cotidiano, ao que lhes parece novo, ou aos fatos que ocorrem na realidade local, acredita-se que algumas vezes, isto limita a ação de iniciativa dos mais jovens. Por não oportunizar a adoção de novas idéias e experiências mais ousadas naquele espaço, ao menos, no primeiro momento. Como observa uma das entrevistadas:

No caso da nossa Associação, a gente tem um pouco de dificuldade, por que assim, a maioria das pessoas que trabalham na Associação, que fazem parte da chapa da Associação são tudo mais velhas: 40 e poucos, 50 e poucos... [...] Aí a gente tem um pouco de dificuldade. Por que a gente quer fazer alguma coisa um pouco mais jovem, um pouco mais avançada. [...] Eles prendem um pouco, sabe? Eles querem... Eles vão muito pelo comodismo... (Mulher, 19 anos, participante de Associação de Moradores)

A atuação dos adultos mais velhos predominantemente em espaços institucionalizados seria um exemplo disso. Os movimentos potencializados por jovens são, portanto, entendidos como aqueles fora do espaço institucional. A participação de adultos em movimentos episódicos, ou de protagonismo juvenil, por sua vez, caracterizaria a eles uma ação propriamente jovem, de acordo com as atitudes adotadas, de forma a fazer e buscar o que é diferente, do que não se encontra no espaço institucional.

O conceito de juventude é, para alguns deles, o período de “despreocupação” – moratória social (no que se refere à manutenção financeira, ou inserção nos espaços convencionados como adultos) e vital (as energias vitais próprias dos mais jovens, além da tendência ao risco, ousadia nas ações) – e maior disponibilidade à própria ação naquele espaço, e ao estudo, por exemplo. O que foi citado por um dos nossos jovens:

Juventude é a época que tu podes aproveitar melhor, tu pode sair, não tem compromisso de nada. A maioria dos jovens que estão na faixa da juventude tem trabalho, mas não é por obrigação. Não, a maioria é por obrigação, mas alguns é só pra não ficar sem fazer nada. Juventude é poder se expressar. Não é igual ao adulto aí que tem que correr atrás, tem que sustentar a família. A maioria dos jovens, não. É curtir... Estudar também. (Homem, 18 anos, participante de Associação de Moradores)

Os participantes do programa estatal identificam o caráter da imposição de certas condutas e atividades por parte dos mais velhos. Na relação com outros espaços, pode não ocorrer o diálogo para percepção das reais necessidades, demandas e interesses, de acordo com a realidade local do grupo com o qual se pretende trabalhar e destes jovens. Conforme citado:

[...] Por que no modo que eles tavam querendo impor pra nós de cultura, não visou, assim tipo, as comunidades carentes, os pescadores, é... [...] Artesanato em geral. Eles colocaram só em palavras bonitas, querendo fantasiar idéias que não são bem do nosso cotidiano, em geral, aqui no Sul. Pelo menos pra mim. Assim, até eu critiquei o cara, na hora que ele falou. Pô, é difícil de muito entendimento. Eu até entendi algumas palavras que ele falou. O pescador ali, não tava entendendo. [...] Quando eu fui fazer uma pergunta pro cara: “Pô, essa linguagem que tu tá levando, muita gente não tá entendendo. Posso fazer uma pergunta?” [...] “Senhor, posso fazer uma pergunta? Isso vai beneficiar a quem? São a comunidade carente, e os pescadores artesanais, em geral, ou vai só favorecer vocês que assinam uma folha lá em cima?”. Aí ele me chamou de ignorante, falou um monte de coisa pra mim assim, que eu fiquei quieto, e não entrei nem em discussão. E a gente tinha outras coisas a fazer, [...] Era pra ele responder assim pra mim ó: “sim” ou “não”. [...] Ficou até uma brincadeira de mau gosto. [...] Quando a gente vai abrir a boca, de falar o que a gente pensa, eles não dão oportunidade. (Homem, 22 anos, participante de Programa Estatal)

Nestas condições, eles não têm oportunidade de expressar suas considerações, bem como, seus interesses e necessidades, especificamente ao que tratam no grupo, ou em outras dimensões da vida social. Assim, acreditam que, muitas vezes, são excluídos de várias discussões (como referente à própria política ou cultura, de forma mais geral), às quais deveriam ser potencializadas a todos os jovens, para sua formação como pessoa, cidadão e na construção de respostas conjuntas, considerando as diversidades e peculiaridades dos locais e sujeitos envolvidos. Nos programas e projetos estatais destinados à juventude, e à população em geral é perceptível que não há um processo de construção conjunta com este público, da metodologia, das ações e atividades a serem realizadas. Ocorre, porém a proposta de programas “fechados” a serem realizados, não respeitando as peculiaridades e preferências da população com que se atua. A efetividade dos programas seria garantida se oportunizados estes espaços.

Em alguns casos, não há o reconhecimento por parte da comunidade das atividades ou daquele espaço em que o jovem se insere. Apesar de todo o esforço impresso na realização dos trabalhos dentro do grupo, muitos membros da comunidade não se interessam a compreender as motivações, os propósitos e o que será efetivado. Embora apresente uma dimensão além

grupo, que se pretende mesmo atingir e beneficiar todo o espaço local, mesmo que as atividades se dirijam inicialmente a um grupo de jovens, por exemplo. Isto faz com que, às vezes, estes movimentos sejam discriminados:

Sinto-me respeitada pelas famílias que são direta e indiretamente atendidas pelo Projeto, mas sinto também um enfrentamento por parte dos que recusam a participar, ou ainda, conhecer as atividades realizadas pelo Projeto. Quando tais pessoas se põem em defronte quanto às ações do Projeto, é necessário saber bem ao certo que tais ações favorecem a comunidade e não apenas as crianças e é exatamente este ponto que as pessoas mais velhas, ou ainda da mesma idade não compreendem. Trata-se, portanto de um reconhecimento das ações como um todo social e não como um embate pessoal que não considera as particularidades dos envolvidos e das limitações que permeiam as práticas dos que realizam as ações. (Mulher, 22 anos, coordenadora de Projeto Social)

Outro aspecto destacado seria do foco diferenciado entre movimentos potencializados pela juventude, ou por adultos mais velhos. Como levantado nas entrevistas, o objeto da ação pode se diferenciar de um público a outro. O esporte, as manifestações culturais, ou eventos, entre outros, servem como “pano de fundo”, ou objeto aos movimentos liderados por jovens. Os movimentos tradicionalmente liderados por adultos assumem, para alguns, um caráter mais abrangente, que envolveriam a comunidade no geral:

Eu acho o seguinte: do que vai se diferenciar realmente é a ligação do esporte. [...] Então cada um, eu acho que a juventude se prende mais a essa parte do esporte pra aflorar essa parte política que ele tem. E o adulto já tá mais ligado a outras áreas, principalmente na questão comunitária, da Associação de bairros. Que já vira outra coisa muito maior, que já vira outra classe, que é o bairro inteiro. A gente lida só... [...] ligado ao surf, então já dá um... Ele restringe um pouco. Já a Associação de bairro é uma coisa mais ampla [...]. Então, acho que essa participação política do adulto ela é um pouco mais abrangente. Normalmente, sempre se é filiado a Associação de bairros, como tem outras Associações, como aqui tem dos pescador, também é uma coisa mais restrita. Que é o pessoal muito mais velho, já o pessoal mais antigo, já é um pessoal muito mais velho. [...] Então, eu acho que a juventude é mais ligada realmente ao esporte. (Homem, 24 anos, participante de Associação de Surf)

Deste modo exibimos de forma sucinta o que pudemos considerar mais relevante da pesquisa qualitativa. Salientando a diversidade de espaços, realidades, e qualidades da participação de cada jovem. Ela e suas motivações se mostram diferentes de acordo com a realidade social em que se inserem, a formação social adquirida, a questão subjetiva sempre presente, incorporando fortes fatores como a identidade local, e no grupo. Destacaremos a análise nas Considerações Finais, a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura de consumo, com a predominância do mercado, os símbolos construídos em torno da juventude estão distorcidos, referem-se mais ao “desejável”, a condição física, ao corpo, ao estilo de vestir-se e portar-se, do que elementos da subjetividade e potencialidade. A simbologia expressa padrões estabelecidos, vistos como objetivos a serem alcançados. As características comerciais atribuídas aos jovens, os tornam produtos e objeto de uma estética como um modelo de participação, utilizados também pelos mais velhos para alongar seu período de juventude – uma forma de moratória vital – ou de viver dentro desta simbologia. Ela então se torna um meio de distinção e legitimidade. Há uma forte relação entre a moratória vital, o “corpo juvenil”, o inserir-se no mundo e a relativa distância da morte, e os valores estéticos – imagem, aparência jovem – que isso atribui.

De certa forma, isto encobre e distorce o potencial das juventudes, quando se atribuí e se difunde valores como se fossem próprios delas, que não são recusados, e sim incorporados. Na maioria das vezes, os jovens acabam por se render à medida que entendem não apresentar capacidade para decisões próprias, que definirão sua vida a curto ou longo prazo, delegando este fazer aos mais velhos, principalmente os familiares e instituições. No entanto, apesar dessa rendição, eles não deixam de ser chamados socialmente para “participar” da produção capitalista ou do consumo globalizado dentre outras “participações” utilitárias que requerem apenas sua vitalidade juvenil na sociedade. Valoriza-se, portanto nesse cenário, as potencialidades que dizem respeito à moratória vital, mas não se utiliza dessa fonte de energia para provocar suas participações em espaços públicos, no sentido de serem atores importantes a provocar uma nova ordem, um rejuvenescimento da sociedade. Perdem com isso, ambas as gerações.

Os jovens que contribuíram neste trabalho são parte de um universo mínimo de jovens, que de alguma forma provocados, participam – alguns de forma equivocada referente à política –, demonstram real interesse pela melhoria local, pelo bem coletivo, por mudanças de valores, da cultura e da política vigente. Acreditamos haver jovens em muitos espaços não

reconhecidos aqui – pela limitação da nossa pesquisa – que buscam de forma ansiosa exercitar suas utopias num mundo que os nega elementos básicos com a moratória social e, portanto a construção de um patrimônio social (BOURDIEU, 1999). Destacamos aqueles que atuam em caráter local, junto às suas bases, dedicando suas ações aos jovens do lugar, ou àquela população em geral.

Muitos deles, não têm seu trabalho reconhecido pela comunidade em geral e nem mesmo pelos demais membros do espaço em que atuam. Acreditamos que isso se deva, por se tratar, em sua maioria de espaços propostos pelos adultos, nos quais não há de fato um protagonismo majoritariamente juvenil. Somado a isso, tem-se a falta de definição política ou identitária dos jovens – que deveria ser provocada no reconhecimento dos adultos de suas potencialidades enquanto geração – que causa uma resignação, podendo estruturar uma rebeldia sem causa, que não possibilita maiores enfrentamentos dentro da entidade e com demais espaços. Ainda a pouca politização nos espaços, sinalizada pelo entendimento de alguns membros entrevistados. Não há, em muitos deles, um diálogo efetivo, discussões que oportunizem mesmo o entendimento da atuação daqueles jovens, e ao que se destina, bem como as potencialidades daquele espaço. A impressão passada é que nessas condições os jovens não se sentem parte do espaço, passam, portanto, a serem tarefeiros e não incorporar suas ações – mesmo que pequenas – em ações políticas.

A idéia de política ainda é muito atribuída àquela ação que diz respeito à política representativa e partidária. Todos esses elementos, de auto-afirmação e de negação ou não reconhecimento se devem, porque estas participações implicam aos jovens numa construção identitária. Ela deveria se consistir num processo de troca: a moratória vital em troca da sociabilidade, do aprendizado e da identidade.

Apesar de não serem os protagonistas das ações, é possível considerar que sua atuação é política, à medida que se inserem na comunidade, participam, se posicionam, enfrentam – mesmo que inconscientemente, ou direcionado pelos adultos – em benefício daquele espaço local e daquela população. Possibilitando ampliar a uma cultura política, uma consciência de realidade social que possibilita o entendimento e enfrentamento às questões em outras dimensões da vida social de um sujeito. Porém, vale destacar que muitos dos espaços se

configuram despolitizados, necessitando serem potencializados politicamente, para então também ocorrer potencialidade e reconhecimento das contribuições dos jovens que ali atuam.

Apesar de todas as contradições postas em algumas atuações – não reconhecimento das ações; idéia de política referente à representação ou partidos; naturalização de algumas práticas clientelistas; despolitização nos espaços – é nítido o comprometimento com os problemas locais, a defesa da identidade local/comunitária por parte de todos os jovens. Algo que, certamente habita de forma intensa suas motivações para atuar naquele local, que também traz resultados às suas vidas. Entendendo, inclusive, que este processo de sociabilidade, construção de identidade é subjetivo, e lhes proporciona um reconhecimento e por sua vez, uma satisfação pessoal que se desdobra em satisfação coletiva ao longo do processo.

Muitos apresentam ótimas propostas às ações no espaço em que atuam: de divulgação, alternativa de novas ações, acesso a tecnologia, por exemplo. Propostas que contribuiriam ao avanço das ações, no sentido político e cultural – formação da população, construção gradativa de uma nova cultura política, entre outros – nas interações com a comunidade, com outros movimentos, e com o poder público. Porém, em alguns desses espaços institucionalizados, elas não são efetivadas, por não se considerar a contribuição daquele jovem, que insiste em sua utopia. Enquanto em outros espaços, a diversidade das pessoas, das opiniões e propostas dos que atuam num movimento é percebida como essencial ao sucesso das ações, a alcançar e atender todos daquela comunidade.

Por este motivo não podemos generalizar que a atuação dos jovens nos espaços institucionalizados é de alguma forma impossibilitada. Isto vai depender das motivações dos jovens ali presentes, além de características subjetivas, individuais, dos propósitos daquele e naquele espaço.

É necessário destacar, portanto que todas estas formas de participação, mesmo que não reconhecidas ou legitimadas, se constituem em práticas para autonomia. De forma que, estes mesmos jovens venham a reconhecer a importância de sua participação, e se empenhem nas suas ações para que sejam efetivas e ampliadas a ponto de absorver outros jovens a atuarem nos mesmos espaços. Possibilitando, dessa forma, a revitalização e fortalecimento dos movimentos, pois tendem a dar relevância aos fatores e amenizar as dificuldades. Além da

continuidade aos movimentos que necessitam se renovar, tanto em aspectos geracionais como em temas e demandas. Esta diversidade dentro de um espaço local – sendo a comunidade formada por diferentes sujeitos e diferentes juventudes – vem a contribuir gradativamente na real resolução das demandas locais, no esforço de contentar toda uma comunidade, pois possibilita o protagonismo de todos os sujeitos.

Portanto, é evidente a necessidade de incentivo, potencialização de toda energia que o jovem possui para algo progressista com relação à sua comunidade. Trazendo elementos somatórios não somente a si, mas a outros jovens e à população em geral, além de se tratar da possibilidade latente de juvenilização social. Pois a cultura política se renova através da história, assim como as experiências políticas de cada geração. Isto também relativo à politização dos espaços, para possibilitar esta potencialização e o entendimento das reais finalidades ali inseridas, do sentido desta participação.

Assim, é possível considerar que a ação dos profissionais de Serviço Social – enquanto profissional que atua nas contradições sociais – deve ser amparada na referência de juventudes como potencial, e não de jovens como problema social pelo fato de questionarem com mais vitalidade as regras sociais vigentes. Esse reconhecimento possibilita a elaboração, planejamento e realização de serviços que tratem esse público na sua construção, desenvolvimento gradativo de sua autonomia e emancipação, e não nos resultados ou conseqüências de suas ações. Investir no protagonismo juvenil, reconhecendo a rebeldia juvenil como algo positivo – através também da participação comunitária – além de ser um dos elementos principais da socialização destes, é a possibilidade de jovens autônomos, questionadores e propositivos.

O projeto ético-político do Serviço Social prima pela formação de uma nova ordem social, a ser construída gradativamente. Deste modo, a atuação do Assistente Social deve se subsidiar nestes princípios para ser realizada e ir além do trabalho onde os jovens estejam na condição de vítimas ou causadores de problemas. Como profissionais, é possível planejar e implementar projetos de inserção local, com discussões sobre política, cultura, a realidade local e global, articulados com projetos culturais, de valorização local. Também, cursos de formação sócio-política direcionados especificamente aos adolescentes, ou oficinas sobre realidade

social, política, mecanismos de participação, direitos, acessos às instituições. Os Assistentes Sociais realizariam trabalhos em caráter interdisciplinar com outros profissionais, como Pedagogos, Professores de diversas áreas, Psicólogos, entre outros. Isto, contando com o suporte de órgãos municipais, e Conselhos de Direitos, que envolvam as temáticas relativas à juventude, bem como as organizações locais. Essenciais seriam o planejamento e avaliação conjuntos com o público com que se atua.

É necessário, portanto a potencialização da participação política juvenil, como trabalho constante com este público, não atuando somente com as conseqüências dos problemas que lhes afetam. Indispensável é a oportunização de espaços em que os jovens expressem-se e tenham acesso a conhecimento, informação, cultura, e política. Para completarem sua formação como ser, como cidadão. Proporcionada esta participação, os jovens passam a – além da criação de sua própria identidade – se interessar, exercer e assumir racionalmente conceitos como direitos, política, cidadania mais precocemente, conscientizando-se da sua realidade e dos demais, trabalhando para sua melhora.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.160.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da razão. 6. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Lex**: Coletânea de Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo, p. 32-38.

CARDOSO, Michelly Nezilda. O associativismo civil e o direito à cidade: desafios à práxis participativa. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 213-220, jul/dez 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. **Lex**: Coletânea de Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo, p. 38-39.

DELLA FLORA, Ângela. **A Teologia da Libertação e a formação política cristã de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó-SC**. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 342-364.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. p. 17-61.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaio sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 2000. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 fevereiro 2009.

KEHL, Maria Rita. **A juventude como sintoma da cultura**. 2004. Disponível em: < <http://www.mariaritakehl.psc.br/>>. Acesso em: 23 dezembro 2008.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 91-97.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario. **Ensaio sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000. p. 13-30.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLON, Susana Inês. **Sujeito, subjetividade e emoções: na perspectiva dos professores da Pós-Graduação em Psicologia Social vinculados à ABRAPSO**. 2000. 190 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: INCM. 1993. p. 09-93.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 65-86.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (org.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pg. 59-78.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação social e subjetividade. In: SPOSATI, Aldaíza, et al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001. p. 115-134.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis:** cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. (orgs.) **Associativismo civil em Santa Catarina:** trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O que é um movimento social? In: TOMAZI, Nelson Dacio. (org.) **Iniciação à sociologia.** São Paulo: Atual, 1993. p. 209-220.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia:** a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Cadernos de Pesquisa – PPGSP – UFSC.** n. 32, out. 2002.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Os jovens e o sentido político das contestações contemporâneas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. **Resumos...** 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TORO, José Bernardo. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

APÊNDICE

Roteiro de utilizado nas entrevistas com os jovens pesquisados:

1 – Qual o trabalho da instituição?

2 – O que você faz neste espaço?

3 – Como e quando começou? O que/quem incentivou?

4 – O que espera da sua ação?

5 – O que entende por participação política?

6 – Percebe sua ação como participação política? Por quê?

7 – O que entende por juventude?

8 – Em que a ação do jovem se difere da ação de pessoas mais velhas?

9 – Se sente respeitado pelos mais velhos nas suas ações, e nas relações dentro da organização e na comunidade?

10 – O que você propõe é efetivado? Dê exemplos: